

Sumário

Número de notícias: 36 | Número de veículos: 23

O GLOBO - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Arcabouço na mira	4
O GLOBO - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Shein é 1º a aderir ao programa para importados da Receita	5
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL RECEITA FEDERAL DO BRASIL Orçamento de 2024 precisa de R\$ 130 bi extras	6
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Corrida contra o tempo: Arcabouço deve ser primeiro item no Congresso, mas reforma ministerial pode contaminar debate	8
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO SEGURIDADE SOCIAL Inteligência artificial do INSS leva seis minutos para negar benefício	10
O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA SEGURIDADE SOCIAL Anúncios de Lula pegam ministros de surpresa e chegam a contrapor acordos firmados com as pastas	12
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO SERVIDOR PÚBLICO Estado caro (Editorial)	14
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA SERVIDOR PÚBLICO Órgãos disputam protagonismo em acordos, alvo de ação no STF	15
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS SERVIDOR PÚBLICO R\$ 100 bi extras para zerar o déficit	17
O GLOBO - RJ - OPINIÃO SERVIDOR PÚBLICO Fim do ponto" abre caminho a reforma administrativa (Editorial)	18
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS POLÍTICA Reforma ministerial trava votação do arcabouço	19
O GLOBO - RJ - POLÍTICA POLÍTICA Alvo do Centrão, presidente da Caixa age para ficar no posto	20
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA À espera de minirreforma, Lira adia votação de marco fiscal	22
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	

Os fatores que colocam o Brasil em vantagem diante dos emergentes - MERCADO S/A.....	23
FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Paulo Pimenta é alvo de críticas pelos ruídos e crises em anúncios do governo.....	25
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Ruralistas querem retirar da Tributária brecha que pode encarecer comida.....	27
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
O caminho é mais difícil do que parece - ZEINA LATIF.....	28
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Congresso Nacional, o fiador do arcabouço - LU AIKO OTTA.....	30
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
"PIB no Brasil surpreende para cima há 12 trimestres", diz Leichsenring.....	32
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Boric apresenta proposta de reforma tributária.....	36
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Economia melhora, mas governo precisa reduzir ainda mais a incerteza (Editorial).....	37
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária: autonomia estadual não é absoluta (Artigo).....	39
VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Ruralista quer alterar 12 pontos na proposta de reforma tributária.....	41
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Advogados tentam entrar na lista das "exceções" da reforma tributária.....	42
G1 - NACIONAL - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Lira quer entregar reforma tributária pessoalmente a Pacheco.....	44
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Arcabouço fiscal: Senado tomou decisões políticas e não técnicas, diz Cajado.....	45
PORTAL UOL - COLUNA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Ao defender revolução de 64, Salles prega golpe hoje; veja como e por quê.....	47
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
4% do PIB em contrabando - PAINEL S.A.....	50
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Importados de até US\$ 50 ficam 20,4% mais caros.....	51
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	

Especialistas veem desafios no Congresso e receitas extras superestimadas	53
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Agência Fitch decide rebaixar a classificação de crédito dos EUA.....	55
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Intensidade do primeiro corte de juros deve dividir Copom em estreia de indicados por Lula	57
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
O que é ortodoxia em economia? - BERNARDO GUIMARÃES.....	59
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
"Nunca vimos um heterodoxo no comando do BC"	61
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Europa cresce 0,3% no segundo semestre após estagnação.....	63
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Indústria tem avanço tímido no 2º tri, mas ano é de estagnação.....	64

Arcabouço na mira

MANOEL VENTURA E LAURIBERTO POMPEU

Enquanto o governo ainda tenta construir uma base parlamentar sólida, o foco da pauta econômica se voltará para o Congresso, com o retomo dos trabalhos na Câmara e no Senado. O primeiro item de uma pauta extensa é a conclusão da votação do arcabouço fiscal, a nova regra para o controle das contas públicas. Ele precisa ser validado até o fim do mês para ser usado como base para a proposta orçamentária de 2024. Na fila, neste segundo semestre estão ainda medidas que ampliam a arrecadação e a **reforma tributária**.

A interlocutores, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tem sinalizado que votará o novo marco fiscal na próxima semana, mas nos bastidores, como destacou a colunista do GLOBO Vera Magalhães em seu blog, tem sinalizado descontentamento com a demora na **reforma ministerial**. O Centrão, grupo comandado por ele, deseja ampliar sua presença no governo e integrar o primeiro escalão. Integrantes do governo e do PT temem que a indefinição política a respeito da composição do governo afete o cronograma da pauta econômica.

DEFINIÇÃO DE PASTAS

O arcabouço ainda pode passar por alguns ajustes. O relator da proposta, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), critica algumas decisões tomadas no Senado e pretende colocar novamente programas como o Fundeb dentro da regra fiscal (leia mais abaixo). Em outra frente, o governo precisa avançar com medidas para zerar o déficit no próximo ano. Entre elas estão a tributação de fundos exclusivos, a regulamentação e taxação de apostas esportivas e a volta do voto de qualidade - que dá vantagem ao governo em casos de desempate - no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, o tribunal da Receita. Estas iniciativas precisarão ser aprovadas até o fim do ano para surtirem efeito. Para estes projetos, a avaliação do governo é que a base precisará estar consolidada para serem aprovados com mais facilidade.

A Fazenda precisará negociar com o Congresso uma a uma das medidas para aumentar a arrecadação.

As mudanças nos ministérios que estão sendo avaliadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva serão feitas para trazer o Centrão para o governo. PP e Republicanos indicaram os deputados André Fufuca (PP-MA) e Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) para

compor o governo, mas o Planalto ainda não definiu quais pastas eles irão comandar.

- Qualquer votação aqui na Câmara e no Senado vai estar sempre sendo influenciada pelo funcionamento do governo, pela composição do governo e por essa dita minirreforma ministerial - avaliou ontem o líder do PT na Câmara, Zeca Dirceu (PR).

REUNIÃO COM LIRA

A votação do arcabouço na Câmara será a última antes de o projeto ser encaminhado para a sanção do presidente Lula. A data-limite definida pelo governo é o fim do mês. Os deputados agora vão analisar apenas as alterações feitas pelos senadores. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, quer uma reunião com Lira nesta semana para discutir o assunto.

Zeca Dirceu participou de uma reunião de líderes da Câmara ontem na residência oficial do presidente da Casa. De acordo com pessoas presentes, o líder petista e o líder do PSOL, Guilherme Boulos (SP), perguntaram a Lira sobre o arcabouço e ele respondeu que o assunto vai ser discutido com o relator. Dirceu, porém, está confiante que dará tempo de o projeto ser votado em agosto:

- Pode ser inclusive que isso mude amanhã (hoje), pode ser que isso mude quinta-feira, que tem a posse do Sabino (no Ministério do Turismo, uma indicação do Centrão). É um momento talvez que alguma notícia nova deva escapar na hora da posse, na hora da fala do presidente.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Shein é 1º a aderir ao programa para importados da Receita

MANOEL VENTURA, CAROLINA NALIN E CAROLINE NUNES

A varejista chinesa Shein foi a primeira das grandes empresas de comércio eletrônico a aderir ao plano da **Receita Federal** que estabelece novas regras para a tributação de compras internacionais feitas pela internet, de acordo com integrantes do governo. O Remessa Conforme entrou em vigor ontem.

A Shein assinou contrato com os Correios e protocolou o pedido de adesão junto à Fazenda. Agora, esse protocolo será processado para que as normas passem a valer para a empresa. Outra grande do e-commerce, a AliExpress, disse que vai aderir, mas ainda não protocolou o pedido.

A Shopee disse que não se manifestará sobre o assunto, enquanto o Mercado Livre avalia sua participação. De todo modo, a adequação das empresas ao programa deve levar algum tempo, visto que a **Receita Federal** irá analisar se elas estão alinhadas à nova regra.

A adesão das empresas também vai exigir que as plataformas adaptem seus sites e aplicativos. Isso porque elas terão de informar ao consumidor, no ato da compra, não só o custo do produto mas o valor a ser pago em ICMS, frete, tarifa postal e imposto de importação (no caso de compras acima de US\$ 50).

INFORMAÇÕES DESIGUAIS

Compras feitas pelo GLOBO antes de o programa entrar em vigor mostraram que as plataformas de varejo comunicam de forma desigual a incidência de **impostos** em compras internacionais. Quando há informação, costuma ser apenas sobre o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Na Shein, o consumidor é avisado na hora da compra sobre o IOF. Mas é somente nos Termos e Condições da plataforma que há aviso sobre a possível incidência de **impostos** sobre importação e circulação de bens (como o ICMS), taxas de homologação e liberação alfandegária, além de despesas postais.

A Shopee, na hora da compra, também só informa o valor do IOF. A notificação sobre eventual incidência de outros **impostos** só aparece em um tópico da

Central de Ajuda.

Na AliExpress não fica clara a cobrança do IOF, a não ser que se opte pelo pagamento em boleto. Na central de ajuda, porém, a plataforma informa que podem ser cobrados **impostos**.

No Mercado Livre e na Amazon, o cliente é avisado antes da compra que pode haver custos de importação.

IDV PEDE ISONOMIA"

Depois que as empresas tiverem o selo de conformidade, a fiscalização e a entrega ficarão mais rápidas, diz Carmen Fantini, diretora da Associação Nacional dos Auditores da **Receita Federal do Brasil** (Unafisco) e auditora fiscal.

Isso porque a declaração com os dados das mercadorias, que hoje chega com o produto, terá de ser enviada à Receita até 48 horas antes da chegada da mercadoria ao Brasil. Produtos que estiverem em conformidade serão liberados mais rapidamente.

O Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), que representa varejistas de diferentes setores, afirma que o programa acarreta concorrência desleal. Segundo o IDV, no

caso de remessas de até US\$ 50, as plataformas estrangeiras só estarão sujeitas ao ICMS, enquanto "as empresas nacionais pagam uma tributação que varia de 70% a 110%." O IDV afirma que algumas empresas até cogitam transferir a produção para fora do país para competir em pé de igualdade com as plataformas digitais. "O que queremos e defendemos é a isonomia tributária e, com isto, evitar a eliminação de vagas de emprego no país."

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Orçamento de 2024 precisa de R\$ 130 bi extras

Para conseguir enviar ao Congresso uma proposta de Orçamento para 2024 prevendo resultado primário igual a zero, o governo tem trabalhado com a intenção de obter cerca de R\$ 130 bilhões de receita extra, boa parte dependente da aprovação de mudanças na legislação que tramitam no Congresso Nacional, ou que ainda sequer foram formalmente propostas.

O valor exato da receita adicional que será necessária para garantir um orçamento equilibrado no ano que vem ainda está sendo fechado pelo Ministério da Fazenda, mas deve girar em torno de R\$ 130 bilhões, apurou o Valor.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem dito que o governo enviará ao Congresso Nacional, junto com o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), um conjunto de propostas que terão como objetivo recompor a base tributária do governo.

Uma das medidas com maior impacto nas receitas é o projeto de lei que devolve ao governo o voto de desempate no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, instância administrativa na qual Receita e contribuintes discutem cobranças de **tributos**.

A proposta já foi aprovada na Câmara dos Deputados e agora será examinada no Senado Federal.

Ao destravar disputas a seu favor, o governo espera engordar a arrecadação em algo como R\$ 40 bilhões a R\$ 50 bilhões.

Mais ou menos o mesmo montante é esperado com um programa que permitirá às empresas acertar com a Receita as pendências referentes ao impacto, no recolhimento de **tributos** federais, de benefícios fiscais concedidos pelos Estados no Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Esse tema foi decidido em abril pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) a favor da União.

Matéria já aprovada este ano pelo Congresso, mas que ainda depende de regulamentação, as novas regras de tributação de preços de transferência deverão elevar as receitas em outros R\$ 25 bilhões. São mudanças na taxação de transações entre empresas do mesmo grupo que estão em países diferentes, fechando o que o governo considerava

"brechas" para redução do pagamento de **impostos**. Uma consulta pública foi encerrada na semana passada sobre os termos da regulamentação - a depender do desenho final, a estimativa de R\$ 25 bilhões pode cair.

A taxação das apostas esportivas online, regulada pela Medida Provisória 1.182/2023, também editada na semana passada, deverá resultar em receitas da ordem de R\$ 2 bilhões, numa estimativa que o Ministério da Fazenda considera conservadora.

Haddad já falou, ainda, sobre duas alterações no Imposto de Renda que poderão contribuir para fortalecer a arrecadação no ano que vem: a taxação dos fundos de investimento exclusivos e dos fundos offshore. A primeira mudança, que poderá ser proposta ao Congresso até o fim de agosto na forma de um projeto de lei, poderá elevar as receitas em R\$ 10 bilhões aproximadamente.

A tributação dos fundos offshore já tramita no Congresso, na Medida Provisória 1.171/2023, que elevou o limite de isenção do Imposto de Renda sobre a Pessoa Física (IRPF). A MP corre o risco de caducar, por isso a Fazenda estuda a possibilidade de transferir pontos para a medida provisória do salário mínimo ou para um projeto de lei.

O impacto estimado para 2024 é de R\$ 3,6 bilhões.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), declarou na semana passada que a discussão dessas duas propostas envolvendo o Imposto de Renda podem causar ruído nos debates da **reforma tributária** sobre o consumo, já aprovada pela Câmara e agora em análise pelo Senado.

Fonte do Executivo disse que as propostas podem ser apenas protocoladas em agosto, e sua discussão adiada para o final do ano, para não haver "atropelamento" da pauta.

Se as propostas destinadas a elevar as receitas estiverem protocoladas no Congresso em agosto, ainda que não tenham sido aprovadas, seus resultados podem ser incorporados ao PLOA de 2024. No entanto, serão receitas condicionadas. Caso alguma das propostas não seja aprovada, será necessário cortar despesas para manter o equilíbrio

orçamentário.

6§ion=1

O rol de alternativas para elevar receitas e equilibrar o orçamento é extenso. Segundo fonte da área econômica, elas serão analisadas para compor o conjunto a ser enviado junto com o PLOA. Um dos critérios é uma avaliação política sobre a viabilidade da proposta.

Como reforço ao conjunto de medidas, são examinadas outras iniciativas. Existe a possibilidade, por exemplo, ser proposto o fim dos juros sobre capital próprio (JCP) ou a adoção de uma versão limitada do mecanismo. Outra alternativa na mesa é uma nova rodada de transações tributárias.

Contribuintes poderão encerrar litígios com o Fisco e quitar suas pendências com descontos.

Livio Ribeiro, pesquisador da FGV Ibre e sócio da consultoria BRCG, calcula que será necessário um esforço de 1,2% a 1,3% do Produto Interno Bruto (**PIB**) para zerar o déficit primário no ano que vem, considerando a regra do novo arcabouço fiscal, proposto pelo governo.

Ribeiro avalia que a meta é ambiciosa e que o único caminho é via aumento de receitas, já que o arcabouço impõe crescimento real às despesas ao mesmo tempo que se propõe uma melhora do resultado fiscal.

"Única forma de conciliar gasto que sempre sobe em termos reais com consolidação do resultado primário é com aumento forte de receita", diz. A meta buscada pelo governo é de resultado primário igual a zero em 2024, de +0,5% do **PIB** em 2025 e de +1% do **PIB** em 2026. Para este ano, a previsão oficial é de déficit de 1,4% do **PIB**.

Segundo o economista, as estimativas de arrecadação com as medidas propostas são "extremamente incertas". "É difícil de avaliar com será o resultado, porque quando você muda a estrutura tributária, a atuação dos agentes antes do imposto não será necessariamente igual depois. Todas essas estimativas de arrecadação têm um nível de incerteza que absolutamente não é desprezível."

"Estimativas de arrecadação têm um nível de incerteza" Livio Ribeiro

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Orçamento de 2024 precisa de R\$ 130 bi extras

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187620?page=1>

Corrida contra o tempo: Arcabouço deve ser primeiro item no Congresso, mas reforma ministerial pode contaminar debate

Por Manoel Ventura e Lauriberto Pompeu - Brasília

Enquanto o governo ainda tenta construir uma base parlamentar sólida, o foco da pauta econômica se voltará para o Congresso, com o retorno dos trabalhos na Câmara e no Senado. O primeiro item de uma pauta extensa é a conclusão da votação do arcabouço fiscal, a nova regra para o controle das contas públicas.

Ele precisa ser validado até o fim do mês para ser usado como base para a proposta orçamentária de 2024. Na fila, neste segundo semestre estão ainda medidas que ampliam a arrecadação e a **reforma tributária**.

A interlocutores, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tem sinalizado que votará o novo marco fiscal na próxima semana, mas nos bastidores, como destacou a colunista do GLOBO Vera Magalhães em seu blog, tem demonstrado descontentamento com a demora na **reforma ministerial**.

O Centrão, grupo comandado por ele, deseja ampliar sua presença no governo e integrar o primeiro escalão. Integrantes do governo e do PT temem que a indefinição política a respeito da composição do governo afete o cronograma da pauta econômica.

O arcabouço ainda pode passar por alguns ajustes. O relator da proposta, deputado Claudio Cajado (PP-BA), critica algumas decisões tomadas no Senado e pretende colocar novamente programas como o Fundeb dentro da regra fiscal (leia mais abaixo).

Em outra frente, o governo precisa avançar com medidas para zerar o déficit no próximo ano. Entre elas estão a tributação de fundos exclusivos, a regulamentação e taxação de apostas esportivas e a volta do voto de qualidade - que dá vantagem ao governo em casos de desempate - no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, o tribunal da Receita.

Estas iniciativas precisarão ser aprovadas até o fim do ano para surtirem efeito. Para estes projetos, a avaliação do governo é que a base precisará estar

consolidada para serem aprovados com mais facilidade.

A Fazenda precisará negociar com o Congresso uma a uma das medidas para aumentar a arrecadação.

As mudanças nos ministérios que estão sendo avaliadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva serão feitas para trazer o Centrão para o governo. PP e Republicanos indicaram os deputados André Fufuca (PP-MA) e Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) para compor o governo, mas o Planalto ainda não definiu quais pastas eles irão comandar.

- Qualquer votação aqui na Câmara e no Senado vai estar sempre sendo influenciada pelo funcionamento do governo, pela composição do governo e por essa dita minirreforma ministerial - avaliou ontem o líder do PT na Câmara, Zeca Dirceu (PR).

A votação do arcabouço na Câmara será a última antes de o projeto ser encaminhado para a sanção do presidente Lula. A data-limite definida pelo governo é o fim do mês. Os deputados agora vão analisar apenas as alterações feitas pelos senadores. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, quer uma reunião com Lira nesta semana para discutir o assunto.

Zeca Dirceu participou de uma reunião de líderes da Câmara ontem na residência oficial do presidente da Casa. De acordo com pessoas presentes, o líder petista e o líder do PSOL, Guilherme Boulos (SP), perguntaram a Lira sobre o arcabouço e ele respondeu que o assunto vai ser discutido com o relator. Dirceu, porém, está confiante que dará tempo de o projeto ser votado em agosto :

- Pode ser inclusive que isso mude amanhã (hoje), pode ser que isso mude quinta-feira, que tem a posse do Sabino (no Ministério do Turismo, uma indicação do Centrão). É um momento talvez que alguma notícia nova deva escapar na hora da posse, na hora da fala do presidente.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/08/02/corrida-contra-o-tempo-arcabouco-deve-ser-primeiro-item->

***no-congresso-mas-reforma-ministerial-pode-contaminar-
debate.ghtml***

Inteligência artificial do INSS leva seis minutos para negar benefício

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) aumentou de 17% para 36% a análise automática de benefícios com uso de inteligência artificial entre 2022 e 2023. Três em cada dez benefícios sob o regime de análise automática são concedidos -ou negados- por um sistema automatizado.

A meta é ampliar para 50% a automação das análises até 2026. Em 2021, o uso de robôs era de 10%. A medida é mais uma das formas de enfrentar a fila de espera por concessão de benefícios, hoje em 1,794 milhão.

De um total de mais de cem benefícios concedidos pelo órgão, oito deles têm análise automática: aposentadoria por idade, por tempo de contribuição, pensão por morte, auxílio-reclusão, auxílio-reclusão da pessoa com deficiência, BPC (Benefício de Prestação Continuada) da pessoa com deficiência, BPC do idoso e salário-maternidade.

A agilidade da análise agrada aos segurados que têm o pedido atendido, mas pode gerar distorções, como no caso de um trabalhador de 53 anos que teve o benefício negado em seis minutos, ao fazer o pedido na quarta (26).

Os advogados do frentista C.A.S. fizeram a solicitação da aposentadoria por tempo de contribuição às 9h15 da quinta. Às 10h04, o pedido havia sido negado sem que fosse analisada documentação específica do segurado, que tem direito de converter tempo especial em comum -aumentando o tempo de contribuição, o que faz com que se consiga atingir as condições mínimas do pedido o quanto antes.

O segurado tem documento comprovando 24 anos, 11 meses e 29 dias de tempo especial. Por um dia, não conseguiu solicitar a aposentadoria especial, que é concedida a quem tem, no mínimo, 25 anos de trabalho em área prejudicial à saúde.

A documentação enviada lhe garante a conversão deste tempo especial em comum e, ao somar com o serviço militar e outros empregos, o trabalhador conseguiria atingir o tempo mínimo exigido para pedir a aposentadoria por tempo de contribuição, que é de 35 anos para os homens, mas seus documentos não chegaram a ser conferidos pelo **INSS** por conta do sistema de análise automática por robôs.

O **INSS** afirma que, na hora de solicitar a aposentadoria, houve erro e, ao responder às perguntas feitas pelo sistema, foi informado que não havia tempo especial.

"O pedido foi negado pois o segurado, ao preencher a solicitação do benefício, indicou que não possuía tempo especial", diz o órgão.

De acordo com o instituto, há uma análise automática na qual o segurado informa, no momento em que pede o benefício, se tem tempo especial e outras especificidades sobre sua vida laboral. Se não informar essas especificações, o benefício pode ser negado.

"Foi o que ocorreu neste caso", afirma o instituto.

Segundo o advogado Rômulo Saraiva, especialista em Previdência e colunista da Tolha, ao negar automaticamente sem analisar os demais documentos anexados, o **INSS** contraria portaria do próprio órgão, que em 2022 regulamentou a questão, na qual diz que "o requerimento será analisado mesmo que não venha acompanhado de documentos e ainda que, preliminarmente, constate-se que o interessado não faz jus ao benefício".

"O sistema está atropelando o procedimento legal previsto para qualquer PAP (Processo Administrativo Previdenciário), que seria a contemplação, por exemplo, das fases inicial, instrutória e decisória. Ao agir assim, retira-se a possibilidade de uma análise detalhada, de abrir prazo para exigência ou diligência", diz.

O uso de robôs na concessão de benefícios é criticado pelos servidores administrativos do instituto, que defendem a análise criteriosa dos pedidos, mas afirmam que o quadro enxuto de pessoal -mesmo após concurso para contratar mil funcionários- impede tal procedimento.

Em nota, o SINSSP (Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e **Previdência Social** no Estado de São Paulo) diz que o uso de robôs, mesmo com alto investimento em tecnologia, "não tem o mesmo zelo de uma análise por um técnico, devido à grande variedade de situações que permeiam a vida do

segurado".

=4a71998581f857e6c12b0e7b5b78c1a9

"Tanto para conceder quanto para indeferir um pedido, o técnico percebe quando o segurado tem chances de melhorar o seu benefício e pode fazer exigências. A direção do **INSS** tem conhecimento das negativas automáticas, já levantadas diversas vezes pelas entidades representativas, e a resposta e que o automático veio para ficar e depende de investimentos em tecnologia e interligação com outros órgãos", diz o sindicato.

Após a negativa do **INSS**, o segurado tem alguns caminhos que pode seguir para tentar a concessão. O primeiro passo seria recorrer da decisão contrária, na Junta de Recursos do CRPS (Conselho de Recursos da **Previdência Social**), cujo prazo médio de resposta passa de mil dias, segundo relatório do TCU (Tribunal de Contas da União).

O segurado também pode ir direto ao Judiciário em busca da concessão. Ações de até 60 salários mínimos podem ser propostas no Juizado Especial Federal, sem advogado. No entanto, é indicada a presença de um defensor, já que, se houver recurso do **INSS**, o prazo para nomear um advogado é de até dez dias, e o trabalhador pode perder a causa.

Outro caminho é esperar 30 dias e, após esse período, fazer uma nova solicitação. O pedido pode ser feito pelo aplicativo ou site Meu **INSS**, ou pela central 135, de segunda a sexta-feira, das 7h às 22h. O segurado deve ter completado as condições mínimas do pedido e apresentar a documentação que comprove o direito ao benefício.

Cristiane Gercina

Previdência do Brasil é a 65a pior em lista com 75 países

Mesmo após a reforma da Previdência de 2019, o Brasil não conseguiu avançar em um ranking de Previdência global preparado pelo Grupo Allianz. O país ocupa a 65a pior colocação entre 75 países.

O sistema previdenciário brasileiro obteve 4,3 pontos no Relatório Global de Previdência-API (Allianz Pension Index)-, pontuação pior do que os 4 pontos recebidos em 2020, último ano em que o ranking foi publicado. Para o Allianz, o país precisa de mais reformas. A Dinamarca tem o melhor sistema.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50356&anchor=6481025&maxTouch=0&_ga=2.40722658.1360967601.1690944793-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd

Anúncios de Lula pegam ministros de surpresa e chegam a contrapor acertos firmados com as pastas

Por Sérgio Roxo - Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem puxado para si a divulgação de medidas que o governo pretende implementar, mas, com frequência, seus anúncios pegam de surpresa até os ministros responsáveis por botar de pé os projetos propagandeados pelo chefe. Em alguns casos, as declarações do petista contrariam acordos feitos com os próprios titulares das pastas. Os episódios têm se concentrado nas suas lives semanais.

Ontem, Lula afirmou que o Ministério do Turismo vai apresentar um programa para baratear os preços de passagens para aposentados, trabalhadoras domésticas e outros grupos. O novo chefe da pasta, Celso Sabino, assumiu há apenas duas semanas. Questionado, o ministério informou que esse programa mencionado pelo presidente é uma ramificação do projeto "Voa Brasil" e que há alternativas em estudo para baratear diárias em hotéis também, em uma iniciativa ainda incipiente.

Na semana passada, também na live, Lula disse ter a intenção de fechar todos os clubes de tiro que não são destinados a policiais ou às Forças Armadas:

- Eu não acho que um empresário que tem um lugar para praticar tiro é um empresário. Eu já disse para o Flávio Dino: nós temos que fechar quase todos (os clubes de tiro), só deixar aberto aqueles que são da PM, do Exército ou da Polícia Civil. Nós não estamos preparando uma revolução. Eles tentaram preparar um golpe.

O ministro da Justiça, Flávio Dino, havia afirmado, na semana anterior, que o objetivo - definido por Lula, segundo ele - era justamente manter esse tipo de estabelecimento aberto.

- A orientação do presidente foi de que não é para fechar o negócio (de armas), tanto que os clubes de tiro vão continuar existindo, as lojas de armas vão continuar - afirmou Dino.

No dia seguinte, o governo apresentou um decreto com o objetivo de restringir a circulação de armas no

país. Em relação aos clubes de tiro, houve a proibição de que tais casas funcionem 24 horas por dia. E a fiscalização ao funcionamento dos clubes passará do Exército para a Polícia Federal.

O GLOBO apurou que, apesar da declaração de Lula em favor dos fechamentos, o Ministério da Justiça não deve apresentar novas medidas. Um dos caminhos apontados para seguir a diretriz determinada pelo presidente se daria por meio do aperto na fiscalização para fechar clubes que apresentem irregularidades.

"Segundo diretriz estabelecida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Polícia Federal vai intensificar a fiscalização para atender à nova legislação. Os estabelecimentos que não estão cumprindo a lei serão fechados", informou o Ministério da Justiça, ao ser questionado sobre a declaração de Lula.

No mês passado, o presidente sugeriu publicamente ao vice-presidente, Geraldo Alckmin, que é ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, a criação de um programa de incentivo à compra de eletrodomésticos da chamada linha branca, como televisão, geladeira e máquina de lavar roupas.

- Falei para o Alckmin: 'Que tal a gente fazer uma 'aberturazinha' para a linha branca?' Facilitar a compra de geladeira, de televisão, de máquina de lavar roupa. As pessoas, de quando em quando, precisam trocar os seus utensílios domésticos - disse Lula, durante um evento em homenagem ao Dia da Ciência, realizado no Palácio do Planalto.

Dias depois, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, responsável por coordenar as iniciativas que envolvam mais de uma pasta, admitiu, em entrevista ao GLOBO, que não existia "no governo nenhum projeto tratando da linha branca, não há nenhum projeto no sistema que a Casa Civil participa, pelo menos, sendo discutido de incentivo a linha branca".

Em março, durante a segunda reunião ministerial, Lula havia dado um puxão de orelha nos titulares das pastas ao afirmar que nenhuma ideia, que ele chamou de "genialidade", poderia ser anunciada publicamente

antes de ser discutida dentro do governo.

Os ministérios da Fazenda e do Planejamento já haviam sido pegos de surpresa quando Lula anunciou a redução de **impostos** para facilitar a venda de carros populares. As duas pastas não participaram da elaboração do programa e foram obrigadas a fazer às pressas os cálculos dos custos da redução de IPI e PIS/Cofins.

Em sua live "Conversa com o presidente", o presidente acaba fazendo uma espécie de despacho pelas redes sociais e pegando alguns ministros de surpresa.

Há três semanas, por exemplo, o petista falou que teria uma reunião para discutir as filas do **INSS** sem que o ministro responsável pelo tema, Carlos Lupi (Previdência), tivesse sido **comunicado**. O encontro só foi marcado no dia seguinte.

(Colaborou Renan Monteiro)

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/08/02/annuncio-de-lula-pegam-ministros-de-surpresa-e-chegam-a-contrapor-acertos-firmados-com-as-pastas.ghtml>

Estado caro (Editorial)

Levantamento publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) aponta que o número de **servidores públicos** no Brasil não é elevado segundo padrões internacionais. Os dados, que confirmam estudos anteriores sobre o tema, ajudam a qualificar o debate a respeito das distorções do funcionalismo nacional.

De acordo com o Atlas do Estado Brasileiro, há 11,3 milhões de funcionários na União, nos estados e nos municípios, o equivalente a 12,5% de um total de 91 milhões de trabalhadores do país. Trata-se de patamar inferior aos de nações ricas como Reino Unido (22,6%), França (20,3%), EUA (13,6%) e aos de vizinhos como Argentina (19,3%), Uruguai (16,9%) e Chile (13,1%).

Números do gênero têm sido usados desde os anos 2000 para rebater críticas mais e menos fundamentadas às dimensões do setor público brasileiro -ou mesmo para defender a ampliação do quadro de pessoal do governo. Entretanto é preciso adicionar outras considerações à análise.

Por si só, o quantitativo total pouco esclarece se há falta ou excesso de servidores. É plausível que haja carências em determinados setores e regiões, como no caso de médicos para o Norte e o Nordeste, e superabundância em outros.

Não resta dúvida, contudo, que o funcionalismo brasileiro está entre os mais caros do mundo, devido a salários acima da média do setor privado e outros privilégios.

Segundo a base de dados do Fundo Monetário Internacional que permite comparar estatísticas orçamentárias, nosso gasto público com pessoal, incluindo contribuições sociais e previdenciárias, correspondeu a 11,9% do Produto Interno Bruto em 2021, depois de uma redução forçada por contenção de salários -em anos anteriores, a cifra ficava na casa dos 13%.

Esse dispêndio supera com folga o de países com relativamente mais servidores, como Reino Unido (9,4%), Estados Unidos (8,5%), Alemanha (7,9%) e Chile (6,8%). Dito de outro modo, funcionários públicos se apropriam de uma parcela muito elevada da renda nacional.

Outra questão importante se refere à qualidade do serviço prestado. Esse tipo de aferição é decerto

complexa, mas indicadores do país em educação e saúde, por exemplo, sugerem que o gasto nessas áreas é pouco eficiente.

Tudo considerado, uma reforma administrativa deveria fazer valer um teto salarial, reduzir remunerações iniciais e limitar o alcance exagerado da estabilidade no emprego -não para promover demissões em massa, mas para elevar a produtividade do Estado.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50356>

Órgãos disputam protagonismo em acordos, alvo de ação no STF

MARCELO GODOY

Apesar dos números superlativos de acordos, sanções e multas desde 2013, o futuro da Lei Anticorrupção ainda desperta disputas. "A responsabilização das pessoas jurídicas é correta, desde que não inviabilize as empresas. De nada adianta aplicar multas que levem à falência", afirmou o ministro-chefe da CGU, Vinícius Marques de Carvalho.

De acordo com ele, "a multa estratosférica gera a falsa percepção de dissuasão", quando, na verdade, provoca desestímulo ao acordo. "A agenda punitiva de combate à corrupção passa pela capacidade de detecção.

Sem isso, não se vai inibir a prática", concluiu. Como aspecto positivo da lei, ele destacou a preocupação do setor empresarial com os programas de integridade.

"Houve o surgimento de uma profissão, o compliance officer, que não existia." O discurso do ministro realça a necessidade de criar critérios claros para a definição dos valores a serem pagos nos acordos de leniência. Isso se tornou quase uma unanimidade entre os integrantes da MPF, da CGU e os advogados da área. "Estabelecer critérios para multas e penalidades seria excelente, mas sou contra a revisão genérica que se pretende fazer", afirmou a procuradora regional da República Raquel Branquinho.

ADPF. Ela vê a corrupção como um problema estrutural do País, que se liga entre outros com a desigualdade. Para Raquel, ameaças vindas do mundo político parecem tentar reverter os esforços de combate à corrupção no País. No centro das preocupações a esse respeito - aponta o promotor de Justiça Roberto Livianu, diretor do Instituto Não Aceito Corrupção - está a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) proposta pelo PSOL, pelo PCdoB e Solidariedade, que pede a suspensão dos pagamentos das multas dos acordos de leniência feitos no País antes de 2020.

A ação envolve, principalmente, as empresas que firmaram acordos durante a Operação Lava Jato "As empresas foram assessoradas pelas melhores bancas do País. Os acordos foram em grande medida analisados pelo STF. O reconhecimento, agora, desse pedido dos partidos políticos significaria o fim da

segurança jurídica no País", afirmou Livianu.

Raquel Branquinho concorda.

"Em função da Lava Jato, criou-se uma narrativa de que todos os acordos foram contaminados.

Mas não se pode anular tudo o que foi feito." Dos 159 acordos de colaboração premiada com impactos na área civil que foram homologados pela 5.^a Câmara de Controle e Revisão do MPF - responsável pelos casos de corrupção -, 130 tiveram como origem a procuradoria do Paraná. Destes, 77 foram homologados em 2017. No caso dos acordos de leniência feitos pelo MPF, 19 dos 49 tiveram origem no Paraná.

Mais da metade deles (25) foi firmada entre os anos de 2018 e de 2020. Já a CGU registrou a demissão, cassação da aposentadoria, perda do emprego ou da função de 4.618 funcionários públicos em razão da lei aprovada há uma década.

INDEFINIÇÃO. Nesse período, não raro CGU e MPF disputaram quem devia ser responsável pela realização e como deviam ser feitas as leniências. As definições sobre as atribuições e os critérios para as punições continuam despertando reações nos especialistas, que esperam que o Congresso ou o Supremo definam melhor o papel das instituições nos acordos de leniência - atualmente, no âmbito federal, podem fazê-la a CGU e o MPF, mas o Tribunal de Contas da União (TCU) também tem acesso aos acordos.

A avaliação corrente é que é necessário ajustar métodos da legislação, um processo semelhante pelo que passou a Lei das Organizações Criminosas, também aprovada em 2013. O Brasil precisava então adaptar a sua legislação aos tratados internacionais assinados pelo País para o combate à lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo, bem como cumprir a obrigação de criar uma norma contra as organizações criminosas. O mundo político havia sido sacudido pelas chamadas jornadas de junho, quando protestos de rua gigantescos foram acompanhados pelo despencar da popularidade de Dilma Rousseff (PT), de 57% de aprovação para 30%.

Foi nesse ambiente que o Congresso aprovou as duas

leis. "No caso da lei das organizações criminosas, esse ajuste aconteceu em 2019, com o Pacote Anticrime, que estabeleceu restrições importantes, com o a obrigação para a decretação da cautelares (prisão ou quebras de sigilo) e para a denúncia de que exista prova além da delação", afirmou o advogado e professor de Direito Penal da Universidade de São Paulo (USP), Pierpaolo Bottini. Ou seja, a colaboração seria apenas um meio de prova que deve ser confirmado, não bastando nem mesmo para a abertura de ação penal contra um acusado.

No caso das leniências, os ajustes seriam menores. "A legislação foi necessária para punir não só a pessoa jurídica, mas para mudar a conduta das empresas", afirmou a subprocuradora-geral Luiza Frischeisen. Para medir a importância dessas duas leis para a história recente do País, basta dizer que não por acaso quase seis meses depois de suas promulgações, começava a Lava Jato.

*

Para lembrar

Relator, Mendonça liberou ação para o plenário

ISupremo

O ministro André Mendonça, do STF, encaminhou ao plenário da Corte a ação movida por PSOL, Solidariedade e PCdoB pedindo suspensão de acordos de leniência firmados na Lava Jato

I Análise

Relator, Mendonça acolheu a ação e requisitou que os órgãos envolvidos façam uma análise dos acordos

I Acordos bilionários

As maiores empreiteiras do País fecharam acordos bilionários de leniência

*

"A responsabilização das pessoas jurídicas é correta, desde que não inviabilize as empresas. De nada adianta aplicar multas que levem à falência"

Vinícius de Carvalho Ministro-chefe da CGU

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/20230802>

R\$ 100 bi extras para zerar o déficit

**BIANCA LIMA BRASÍLIA LUIZ GUILHERME GERBELLI
SÃO PAULO**

O segundo semestre será decisivo para o esforço fiscal da equipe econômica, que precisa cumprir metas audaciosas estabelecidas no novo arcabouço.

Especialistas em contas públicas calculam que o governo terá de levantar cerca de R\$ 100 bilhões nos próximos meses para atingir o objetivo de mais curto prazo: zerar o rombo em 2024.

Para isso, o governo vai precisar de amplo apoio dos parlamentares, que retomaram ontem as atividades depois do recesso no Congresso e que têm se mostrado resistentes a patrocinar aumentos de carga tributária.

A conta fica ainda mais difícil de ser fechada quando se colocam na mesa as novas despesas já contratadas - por exemplo, com a Previdência e a folha salarial dos **servidores públicos** federais.

"Se as medidas (de arrecadação) que já estão na conta para 2023 garantirem R\$ 90 bilhões em novas receitas, e se sustentarem nesse patamar em 2024, ainda assim o governo precisará apresentar mais um conjunto de medidas de quase R\$ 100 bilhões para zerar o déficit no ano que vem", afirma Jeferson Bittencourt, economista da Asa Investments e ex-secretário do Tesouro Nacional.

O cálculo é corroborado pelo economista Gabriel Leal de Barros, que é sócio da Ryo Asset e ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão atrelado ao Senado federal.

Ele avalia que seriam necessários de R\$ 90 bilhões a R\$ 100 bilhões em novas ações arrecadatórias para que o governo consiga alcançar a meta no ano que vem, mas se mostra cético quanto ao objetivo.

"Acho zerar muito difícil, e mesmo ficar na banda de 0,25 ponto é bem desafiador." O novo arcabouço fiscal, que ainda depende de aprovação no Congresso, estabelece que o governo precisa entregar resultado primário (receitas menos despesas, sem contar os juros da dívida) zero já no ano que vem e, gradativamente, alcançar um superávit (saldo positivo) de 1% do **PIB** em 2026 - último ano do atual mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A meta de cada ano tem uma margem de tolerância de

0,25 ponto porcentual para mais ou para menos. Se o governo não alcançar o piso da meta, as despesas só poderão crescer 50% da variação de receita, em vez de 70%, como prevê o desenho original.

Então, para ficar dentro do intervalo de tolerância da nova regra em 2024, uma vez que a meta é zerar o rombo, o governo federal precisaria entregar um déficit de, no máximo, 0,25% do **PIB**. Um resultado inferior implicaria crescimento menor de despesas no ano seguinte.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Fim do ponto" abre caminho a reforma administrativa (Editorial)

Modernizar a gestão do funcionalismo público tem sido por décadas tarefa urgente e sempre adiada no Brasil. É, por isso, alvissareira a instrução normativa baixada pelo Ministério da Gestão e da Inovação trocando o arcaico controle de presença por meio do "ponto" pela "produtividade". Embora a medida tenha efeito restrito, pode representar o primeiro passo rumo a um sistema de avaliação de desempenho com base em metas. Seria fundamental para trazer a gestão pública brasileira para o século XXI, em linha com as melhores práticas do setor privado. Deveria também ser o embrião de uma ampla reforma administrativa, capaz de corrigir distorções inaceitáveis que persistem.

A mesma instrução normativa que alterou o Programa de Gestão e Desempenho (PGD) definiu regras para o tele trabalho, integral ou parcial. Nada diferente do que passou a vigorar em empresas ou escritórios depois da pandemia. Pelas novas regras, cada órgão federal deverá solicitar adesão ao PGD. Diferentes departamentos poderão preservar o controle de "ponto" segundo as características do trabalho. Numa

função de atendimento ao público regida pelo horário comercial, esse controle é compreensível. Nas demais, é apenas um remanescente de métodos de gestão incompatíveis com o trabalho moderno. "Usando modelos mais modernos, estamos substituindo o mero controle da disponibilidade por um controle de resultados", diz o secretário de Gestão e Inovação do ministério, Roberto Pojo. Mesmo para aqueles que continuarem sujeitos a "bater ponto", não deixará de haver em algum momento avaliação de desempenho.

Trata-se de iniciativa fundamental para poder premiar; promover ou demitir funcionários segundo a competência, e não com base nos privilégios estapafúrdios que fazem do setor público no Brasil uma máquina de geração e perpetuação de desigualdades. A reforma administrativa promovida em 1998, no governo Fernando Henrique Cardoso, já estipulava a necessidade de avaliar o desempenho dos funcionários públicos e previa possibilidade de demissão por inépcia. A medida jamais foi regulamentada.

Como resultado, o funcionalismo brasileiro continua marcado por disparidades e privilégios inaceitáveis. Entre os 11,35 milhões de servidores, a distribuição de

renda reproduz as desigualdades da sociedade, de acordo com levantamento divulgado na semana passada pelo Instituto República.org. Enquanto a maioria ganha menos de três salários mínimos, 1% do funcionalismo recebe mais de R\$ 27 mil.

Os supersalários, que ultrapassam o limite estabelecido pela Constituição, são pagos a 0,06% do funcionalismo. Enquanto isso, os que ganham até R\$ 5 mil representam mais de 70% do total. As disparidades são ainda maiores entre os Poderes. O servidor do Judiciário federal recebe em média R\$ 18 mil, quase sete vezes o salário médio do servidor municipal (R\$ 2.604). No Judiciário estadual, a remuneração média (R\$ 10.162) supera todas as demais.

Instaurar critérios de avaliação que permitam promover os competentes e demitir os ineptos é essencial para eliminar essas distorções e modernizar a gestão pública. A norma baixada pelo Ministério da Gestão deveria representar o início de uma reforma que instaurasse um regime meritocrático no Estado, restringindo a estabilidade a carreiras em que é essencial para a função pública. E essa a meta a perseguir.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Reforma ministerial trava votação do arcabouço

GIORDANNA NEVES e IANDER PORCELLA/BRASÍLIA

Líderes partidários da Câmara avaliam que a votação das mudanças feitas pelo Senado no arcabouço fiscal, nova regra para controle das contas públicas, só deve ocorrer depois da **reforma ministerial** feita pelo governo para acomodar partidos do Centrão em ministérios. A expectativa, segundo relatos feitos ao Estadão/Broadcast, é de que as negociações sejam concluídas até o fim da semana.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), se reuniu ontem com o colégio de líderes para traçar a pauta de votações na Casa no segundo semestre.

Havia a expectativa de que o relator do arcabouço na Câmara, Claudio Cajado (PPBA), participasse do encontro, mas isso não ocorreu.

O deputado afirmou que concluiu seu parecer, sem adiantar se acatou as alterações promovidas pelos senadores. Cajado já disse que havia uma tendência na Câmara de manter, por exemplo, o Fundo Constitucional do Distrito Federal fora do limite de gastos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Alvo do Centrão, presidente da Caixa age para ficar no posto

Ameaçada pela iminente entrada no governo de PP e Republicanos, a presidente da Caixa, Rita Serrano, traçou uma estratégia para se segurar no cargo. Nas últimas semanas, ela ampliou o número de agendas com ministros, acelerou entregas e deu prioridade à comunicação do banco. Em outra frente, porém, tem recebido respaldo de sindicatos para permanecer.

Nos últimos dias, ela esteve com Alexandre Padilha (Relações Institucionais), Márcio Macêdo (Secretária-geral) e Maria Fernanda Ramos Coelho, ex-presidente do banco e secretária-executiva da Secretária-geral da Presidência.

A Padilha, ministro responsável por apresentar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva opções de troca no primeiro escalão, Serrano apresentou um balanço dos trabalhos. Já com Macêdo, tratou de uma parceria de financiamento para catadores.

Nessas conversas, ela procura tratar de ações da Caixa e mostrar os resultados do próprio trabalho. Embora evite tornar sua eventual substituição a pauta principal, Serrano tem feito comentários das pressões sofridas.

EXPEDIENTE AMPLIADO

Neste contexto, ela determinou que a Caixa abraisse todas as agências uma hora mais cedo em 21 de julho para o Dia do Desenrola, mutirão de renegociação de dívidas. Ela foi até uma agência em Brasília para acompanhar os atendimentos e divulgar que, em três dias, a Caixa atendeu 22 mil pessoas e renegociou R\$ 10 milhões em dívidas no programa do Ministério da Fazenda.

No dia 19, Serrano participou de uma reunião com outros três bancos públicos para ampliar o compartilhamento da rede de atendimento da Caixa. Estiveram presentes os presidentes do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros; do Banco do Nordeste, Paulo Câmara; e do Basa, Luiz Lessa. Ela tratou de convênios para pagamentos e recebimentos e construção de datacenter.

Na última quinta-feira, quando esteve com Lula no Palácio do Alvorada, a presidente da Caixa apresentou ao presidente um balanço da sua gestão. A presidente levou a Lula os números de mais de 322 mil propostas

recebidas para o novo Minha Casa, Minha Vida, R\$ 448,5 milhões em dívidas liquidadas do Desenrola Brasil e cerca de R\$ 10 bilhões em contratações do Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento (Finisa) para estados e municípios.

Durante essa conversa, integrantes do governo apontam que Lula teria sinalizado a Serrano um prazo de poucos dias para a permanência dela no cargo. Auxiliares do presidente, porém, negam que haja definição a respeito da possível saída. Após o encontro com Lula, Serrano afirmou que permanece no posto:

-Como sou muito teimosa, vocês fiquem tranquilos: sou teimosa, estou aqui, vou continuar trabalhando muito.

Integrantes da Caixa ouvidos pelo GLOBO afirmam que Serrano tem mantido a postura de "fincar o pé" frente à possibilidade de sair. No Palácio do Planalto, a aposta é que a saída dela é a mais adiantada das substituições que ocorrerão no âmbito da **reforma ministerial**.

A avaliação de integrantes do governo é que Serrano não tem quem a defenda frente à cobiça do PP pelo cargo ou aliados de peso que sustentem seu nome junto a Lula.

Não bastasse isso, a gestão de Rita Serrano também sofre críticas internas no Palácio. A principal delas ocorreu quando desagradou Lula ao anunciar, sem combinar com o Planalto, a cobrança de taxa nas operações para Pix de empresas, algo que já é prática em outros bancos.

Diante da repercussão negativa da medida nas redes, Lula mandou o banco recuar.

Frente ao desgaste, a presidente da Caixa tem contado com apoio de sindicatos. O Sindicato dos Bancários do ABC, entidade da qual Serrano é ex-presidente, divulgou nota afirmando que não aceitaria sua substituição. A Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo (Fetraf-RJ/ES) também publicou manifesto destacando a trajetória de Serrano -ela é funcionária desde 1989.

Em 13 de julho, durante cerimônia de assinatura da medida provisória que recriou o Minha Casa, Minha Vida no Palácio do Planalto, servidores do banco repetiram "Fica Rita" na presença do presidente Lula.

A ex-deputada Margarete Coelho (PP-PI) e o ex-ministro Gilberto Occhi, ambos aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), são os favoritos para o posto. Atual diretora de administração e finanças do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Margarete já atuou como advogada de Lira e também foi vice-governadora do Piauí na gestão de Wellington Dias (PT), hoje ministro do Desenvolvimento Social.

Occhi foi ministro das Cidades e da Integração Nacional no governo de Dilma Rousseff, por indicação do PP. Ele deixou a gestão quando o partido aderiu ao impeachment e, posteriormente, já na Presidência de Michel **Temer**, esteve à frente da própria Caixa e do Ministério da Saúde.

"Fiquem tranquilos: eu sou teimosa, estou aqui e vou continuar trabalhando muito"

Rita Serrano, presidente da Caixa, após ter conversado com Lula

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

À espera de minirreforma, Lira adia votação de marco fiscal

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), decidiu nessa terça-feira (1), em reunião com os líderes partidários, adiar a aprovação do novo arcabouço fiscal do país. Com isso, o projeto não tem data para ser apreciado. A intenção dos deputados é aguardar o desfecho da **reforma ministerial**, que pode abrir espaço para PP e Republicanos no governo.

O adiamento ocorreu, de acordo com os relatos, "para dar tempo de o governo reorganizar sua base" para a votação. Uma das emendas do Senado sob análise permite a inclusão de cerca de R\$ 30 bilhões em gastos já no projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, que ficariam condicionadas ao aumento da **inflação** no fim do ano.

Se for rejeitada, o Executivo terá que propor a LOA com um corte expressivo e fazer acréscimos se a **inflação** crescer.

O governo é contra o adiamento e mantém a expectativa de votar rapidamente o marco fiscal. O argumento é de que a sanção é necessária para elaborar o projeto de LOA, que precisa ser enviado ao Congresso até 31 de agosto.

Além disso, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) espera a votação do arcabouço para aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024.

Relator do projeto, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA) nem chegou a ir à reunião. Segundo ele, o líder do PP lhe avisou que há divergência em relação ao que foi aprovado no Senado. "[Os líderes] Decidiram deixar para a próxima semana a discussão e eventual **VOTAR MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL** tação". Ao participar do programa "Roda Viva", da TV Cultura, na noite de segunda-feira em São Paulo, Lira já tinha dado indícios de que pretendia adiar a votação e afirmou que a Câmara aprovaria o projeto "até 31 de agosto". Para ele, não há pressa porque o mercado financeiro já precificou o impacto da medida.

De acordo com três líderes partidários ouvidos pelo Valor, Lira deve esperar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) concluir a reforma para então colocar o projeto em votação, o que ainda não tem data para ocorrer.

O PP, partido dele, negocia a indicação de um nome para um ministério com orçamento robusto, além do controle da Caixa Econômica Federal.

A decisão da Câmara frustrou os planos da articulação política do governo. O Palácio do Planalto vinha trabalhando nos bastidores para tentar manter "o bom momento" que o Executivo conquistou no fim do primeiro semestre, quando conseguiu a aprovação de uma série de projetos no Congresso Nacional.

O Valor apurou que o objetivo da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) da Presidência da República era tentar manter a "curva ascendente" nas relações entre governo e Parlamento, o que caiu por terra logo na primeira semana após o recesso parlamentar.

Interlocutores do ministro da SRI, Alexandre Padilha (PT), admitiam, nos bastidores, que a equipe de articulação política estava receosa e já contava com uma possível mudança de clima por conta da demora do presidente Lula em decidir sobre os rumos da **reforma ministerial**.

Sobre isso, Padilha disse que é Lula quem está tocando o assunto **reforma ministerial**, mas afirmou que o governo quer contar, sim, com os votos de Republicanos e PP.

Nos últimos dias, Lula vinha sendo aconselhado a se reunir o quanto antes com o presidente da Câmara e com lideranças do Republicanos, mas o encontro acabou não sendo marcado. Para piorar a situação, o presidente do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP), embarcou em missão oficial e só retornará ao país no dia 15 de agosto, o que coloca qualquer reunião entre ele e Lula em "stand-by".

Diante do entrave nas negociações, começaram especulações de Lula poderia, inclusive, criar um ministério da micro e pequena empresa, como forma de oferecer um novo espaço ao Centrão, mas essa tese é rejeitada pelo Palácio.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187620?page=16§ion=1>

Os fatores que colocam o Brasil em vantagem diante dos emergentes - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

Um relatório elaborado pela XP e distribuído a clientes reforça o ânimo do mercado financeiro com a economia brasileira. Entre outros pontos, o documento assinado por Fernando Ferreira, estrategista-chefe da empresa, e Jennie Li, estrategista de ações, destaca o fato de o Brasil estar se tornando um centro de inovação como um estímulo para o crescimento. A XP também aponta a classe média emergente e a abundância de recursos naturais como diferenciais que realçam o Brasil entre os emergentes. Apesar dos aspectos inegavelmente positivos, há longo caminho a percorrer. Persistem dúvidas sobre a real eficácia do arcabouço fiscal - cuja votação foi adiada por tempo indeterminado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira -, e a **reforma tributária** precisa cumprir sua função primordial de simplificar a cobrança de **impostos**. O Brasil está diante de um horizonte menos turbulento, mas é vital não deixar de fazer a lição de casa.

Uber, enfim, começa a ganhar dinheiro

Há um grupo de empresas, especialmente aquelas que trazem novas tecnologias, incapazes de ganhar dinheiro no curto espaço de tempo. São chamadas "companhias de crescimento", por primeiro acelerarem para depois embolsar lucros. Após 13 anos de prejuízos, a Uber saiu do vermelho. No segundo trimestre, a empresa de mobilidade teve lucro líquido de US\$ 394 milhões - um ano atrás, havia reportado perdas de US\$ 2,6 bilhões na mesma base comparativa. Não à toa, suas ações sobem quase 100% no ano.

Filho de Steve Jobs cria fundo para investir em startups

A família Jobs está de volta ao mundo dos negócios. Reed Jobs, filho do lendário fundador da Apple e da filantropa Laurene Powell, criou um fundo, o Yosemite Management, para investir principalmente em startups da área de saúde. O projeto é ambicioso: a ideia é captar ao menos US\$ 400 milhões para financiar empresas de diferentes portes e estágios de desenvolvimento. Segundo o site americano The

Information, o filho de Steve Jobs tem interesses também na área de educação.

Empresários apostam em queda da Selic

Uma brincadeira organizada em um grupo de WhatsApp formado por empresários e executivos de diversos setores concluiu que o Comitê de Política Monetária (Copom) cortará em 0,5 ponto percentual a taxa Selic na reunião de hoje. De acordo com estimativas feitas por integrantes do grupo, pelo menos 70% dos votantes apostaram nesse número, enquanto a outra parcela acredita que a redução será de 0,25 ponto percentual. Uma curiosidade: nenhum participante acha que o Copom manterá a Selic.

Rapidinhas

O sistema de consórcios encerrou o primeiro semestre de 2023 com marcas históricas. De acordo com levantamento da Abac, a associação do setor, o período foi encerrado com 9,67 milhões de participantes ativos, um avanço de 10,4% sobre os seis primeiros meses de 2022. De janeiro de 2022 a junho de 2023, o segmento cresceu de maneira ininterrupta.

A companhia chilena de baixo custo JetSmart amplia a operação no Brasil. Nesta semana, a empresa iniciou as vendas de duas novas rotas que conectam Florianópolis, em Santa Catarina, a Santiago, no Chile, e Buenos Aires, na Argentina. A estreia dos voos, contudo, ocorrerá apenas no final de novembro.

A produção industrial brasileira segue com o freio de mão puxado. Na passagem de maio para junho, o setor ficou estagnado - cresceu mísero 0,1% -, conforme dados do IBGE. Na comparação com junho de 2020, o avanço também foi modesto, de 0,3%. Por sua vez, no acumulado dos últimos 12 meses observa-se retração de 0,3%.

O Facebook foi condenado, após perder uma ação coletiva, a pagar R\$ 20 milhões em danos morais coletivos pelo vazamento de dados de usuários brasileiros do Messenger e WhatsApp. Além disso, a Justiça também determinou que a empresa

desembolse R\$ 5 mil a cada pessoa que comprovar que teve suas informações vazadas entre 2018 e 2019.

US\$ 5,2 bilhões foi quanto o Airbnb movimentou no Brasil em 2022. O valor recorde representa um aumento de 31% em relação ao ano anterior

"O CDI virou hoje a empada fria dos investimentos, ou seja, um produto que ninguém mais tem interesse"
Rodrigo Santin, estrategista de investimentos do Banco Safra

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/08/02/all.pdf>

Paulo Pimenta é alvo de críticas pelos ruídos e crises em anúncios do governo

Julia Chaib Brasília

O ministro Paulo Pimenta (Secretaria de Comunicação Social) se tomou alvo de críticas de parlamentares e integrantes do governo, que o acusam de cometer gafes e causar ruídos desnecessários em anúncios da gestão de Lula (PT).

As reclamações são de que Pimenta age por conta própria e acaba por gerar deslizes evitáveis. Em ao menos duas ocasiões, segundo relatos de auxiliares palacianos, o presidente demonstrou a Pimenta contrariedade com a repercussão negativa de atos do ministro.

Já Pimenta afirma a aliados que sempre age seguindo orientação do chefe.

No episódio mais recente, Pimenta afirmou à imprensa que o novo presidente do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) seria o economista Mareio Pochmann. O anúncio ocorreu na última quarta-feira (26).

"Mareio Pochmann será o novo presidente do IBGE e não tem nenhum ruído quanto a isso", afirmou o ministro na ocasião. Naquele mesmo dia, a ministra Simone Tebet (Planejamento), que tem o IBGE sob seu guarda-chuva, havia dito que ainda não tinha sido consultada sobre a troca.

O anúncio feito por Pimenta gerou a avaliação entre aliados de Tebet e outras alas do governo de que a ministra foi vítima de "bola nas costas". Isso porque prevaleceu a impressão de que a titular do Planejamento havia sido desmentida ou mesmo atropelada.

Integrantes do Planalto e ministros atribuíram o mal-estar a Pimenta. Ele relatou a interlocutores ter recebido orientação de Lula para divulgar a escolha de Pochmann, na tentativa de estancar as críticas contra o nome.

Auxiliares de Lula, porém, afirmam que o ministro apenas confirmou com o presidente em reunião no Palácio da Alvorada que ele estava decidido por Pochmann para o IBGE. A decisão de anunciar a nomeação teria sido tomada por conta própria.

A divulgação do nome, no entanto, acabou por gerar um estranhamento interno, o que levou o ministro a ligar para Tebet no mesmo dia para tentar contornar o mal-estar. Para aliados de Lula, o ideal seria que a própria ministra divulgasse quem presidiria o instituto.

O episódio teria irritado Lula, que, segundo aliados, reclamou do incidente em conversa com o titular da Secretaria de Comunicação Social.

O episódio com Pochmann foi a segunda vez em que Lula se queixou com o auxiliar, segundo relatos de integrantes do Planalto. Em outra situação, Pimenta deu declarações desencontradas a respeito da saída da então ministra do Turismo Daniela Carneiro (União Brasil) e provocou um princípio de crise na articulação política.

No início do mês, Daniela re-uniu-se com Lula ao lado do seu marido e padrinho político, o prefeito de Belford Roxo (RJ), Waguinho. A expectativa era a de que ela pedisse demissão da pasta.

A União Brasil pleiteava o cargo para Celso Sabino (PA), deputado licenciado e agora ministro do Turismo. O partido contava que a substituição ocorreria naquela semana.

Após o encontro de Lula com Daniela, Pimenta disse que ela permaneceria no cargo até a Câmara dos Deputados votar pautas econômicas. Menos de duas horas depois, afirmou que ela já havia colocado o cargo à disposição e sabia que deixaria o governo.

A retratação não foi suficiente para amenizar as reclamações da União Brasil, que ameaçou postergar a votação da **reforma tributária** por conta do ocorrido.

Em resposta, o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) divulgou um **comunicado** no qual confirmou a saída da ministra para apaziguar os integrantes da União Brasil. Na ocasião, Padilha também sinalizou com a entrada de Sabino na Esplanada.

O episódio, reclamam parlamentares, serviu como combustível para que uma ala da União Brasil, capitaneada pelo líder Elmar Nascimento (BA), pressionasse por mais espaço.

Em outro momento, em março, Pimenta foi criticado por parlamentares e integrantes do governo por tentar desqualificar a apresentadora da CNN Brasil Raquel Landim durante participação em um dos programas da emissora.

Ele questionou na ocasião as qualificações de Landim após ser questionado por ela sobre uma fala em que Lula havia sugerido, sem provas, ser uma "armação" de Sergio Moro (União Brasil-PR) o plano da facção criminosa PCC contra autoridades.

Pimenta também é alvo de críticas de integrantes do governo por supostamente tentar influenciar na relação com políticos e parlamentares do Rio Grande do Sul. Como mostrou a Folha, o ministro priorizou no início do governo agendas com gaúchos.

No início do ano, segundo auxiliares palacianos, Lula também reclamou da ausência de agendas com potencial simbólico, para repercutir positivamente na imprensa. Ele conversou sobre o tema com Pimenta, que ajudou a organizar o lançamento em maio, na Bahia, da Lei Paulo Gustavo, que destina verba para projetos culturais.

"Eu estava cansado de lançar programa de governo lá dentro do Palácio [do Planalto] . Com a mesma cara, quase que as mesmas pessoas. [...] E eu quero, Paulo Pimenta, dar os parabéns, porque o primeiro teste seu foi um evento extraordinário da cultura baiana, para que as pessoas possam saber o quê que a Bahia tem, o quê que a Bahia tem", afirmou Lula, durante o lançamento da lei.

Procurado, o ministro da Se-com afirmou ter "costas largas" e disse que não há "nenhum tipo de ruído" na relação dele com o presidente da República ou com qualquer um dos ministros do governo.

"Eu nunca falo nada da minha cabeça. Se, eventualmente, alguém tiver que ser responsabilizado por alguma informação inadequada, que seja eu, porque a minha tarefa é essa, é ser um ponto de relação da comunicação que preserva o resto do governo de eventuais críticas ou incompreensões", disse.

Questionado se Lula o orientou a fazer o anúncio de Pochmann e dar a declaração sobre Daniela Carneiro, ele afirmou que a relação com o presidente é de "confiança, lealdade e respeito". "Jamais vou atribuir a ele qualquer responsabilidade sobre qualquer tipo de declaração que eu dê", disse.

"Eu converso com o presidente sobre todos os episódios, todas as notícias. O presidente tem comigo uma relação de muita confiança, de muita amizade. As

peças sabem disso e, eventualmente, ele conversa comigo no sentido de a gente sempre procurar melhorar essa relação interna dentro do governo."

"Se, eventualmente, alguém tiver que ser responsabilizado por alguma informação inadequada, que seja eu, porque a minha tarefa é essa, é ser um ponto de relação da comunicação que preserva o resto do governo de eventuais críticas ou incompreensões" Paulo Pimenta ministro da Secretaria de Comunicação Social

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50356>

Ruralistas querem retirar da Tributária brecha que pode encarecer comida

Thiago Resende

A bancada ruralista, uma das mais poderosas e mais organizadas do Congresso, apresentou pontos que quer alterar na PEC (proposta de emenda à Constituição) da **Reforma Tributária** no Senado.

A prioridade do grupo é derrubar a brecha que cria a contribuição estadual, que, segundo especialistas em tributação, poderá elevar o preço de produtos no mercado interno e afetar o custo do transporte e de itens industriais, como alimentos.

O novo tributo foi inserido de última hora no texto da reforma na Câmara e estendeu aos estados a autorização para cobrar contribuições sobre produtos primários e semielaborados com a finalidade de financiar fundos estaduais.

"Há pontos em que a gente quer ainda avançar no Senado. Queremos suprimir totalmente o artigo que trata dos fundos estaduais, porque isso é prejudicial aos produtores rurais. Isso passou [foi aprovado na Câmara] nos 49 [minutos] do segundo tempo, num pedido dos governadores, e ficou uma porteira aberta que pode taxar os produtores", disse o deputado Pedro Lupion (PP-PR), que preside a bancada.

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) reúne cerca de 50 dos 81 senadores.

O senador Efraim Filho (União Brasil-PB), coordenador e relator do grupo de trabalho da **Reforma Tributária** no Senado, recebeu a lista em reunião com a bancada nesta terça-feira (1°).

"Essa solução poderá se dar de duas formas: ou se dá um aperfeiçoamento da redação, para que se dê segurança jurídica e tranquilidade e não abra espaço para que os produtos do agro, especialmente, recebam uma nova tributação, ou se pode pensar inclusive na emenda supressiva, que é retirar do texto todo o artigo. Isso vai ser fruto do diálogo, do debate com as bancadas do Senado, com o governo federal e com o setor produtivo", disse Efraim.

Outro ponto defendido pela FPA é que os produtos rurais tenham uma alíquota menor que a alíquota padrão na **Reforma Tributária**.

Na Câmara, a bancada conseguiu aprovar que a taxa seja 60% menor que o pata-mar-padrão. Agora, no Senado, a ideia é que a redução chegue a 80%.

"A gente sempre defendeu que a produção de alimentos tem de ser isenta, mas isso pode gerar um custo a mais na alíquota geral. Então, podemos tentar reduzir para 80% da alíquota-padrão", disse Lupion.

Para Efraim, o regime diferenciado para produtos agrícolas é uma forma de garantir competitividade ao setor. Ele, no entanto, não se comprometeu com o novo pleito dos ruralistas.

Com foco na demanda do setor do agro, a bancada quer ainda que o Senado amplie e os benefícios para que produtores rurais sejam isentos. O texto da Câmara prevê isenção para produtores com receita anual de até R\$ 3,6 milhões. A proposta é elevar esse teto para R\$ 4,8 milhões por ano.

A expectativa de ruralistas é que Efraim e o relator, o senador Eduardo Braga (MDB-AM), atenderão a todos os pedidos.

No entanto, as discussões em torno da reforma deverão durar entre 60 e 90 dias no Senado. Esse foi o prazo informado pelo presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD--MG), aos senadores que cuidam do tema. Para aprovar uma PEC, são necessários 49 votos, dos 81 senadores.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50356&anchor=6481025&maxTouch=0&_ga=2.40722658.1360967601.1690944793-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=4a71998581f857e6c12b0e7b5b78c1a9

O caminho é mais difícil do que parece - ZEINA LATIF

ZEINA LATIF

A elevação da nota de crédito do Brasil pela Fitch foi merecida. Afinal, as reformas aprovadas desde 2016 vêm propiciando o fortalecimento estrutural da economia. Ilustra esse ponto, ainda que com grande simplificação, o fato de as taxas de juros do Banco Central estarem em patamares comparáveis às da gestão Dilma, só que agora a economia cresce, enquanto entre 2014-16 o **PIB** contraiu 8%. Porém, a decisão da agência de rating não representa um "selo de qualidade" da atual política econômica, no sentido de esta favorecer uma tempestiva reconquista do "grau de investimento". País com status de bom pagador é, via de regra, país com crescimento robusto e sustentado. E esse cenário demanda um mix de política fiscal diferente daquele proposto pelo governo. Requer priorizar a contenção de despesas ineficientes e o cuidado técnico nas políticas implementadas, evitando maior carga tributária.

Ajustes fiscais são menos penosos, do ponto de vista do crescimento econômico, quando baseados em cortes de gastos, e não em aumento de **impostos**. Esse é um tema consolidado na literatura econômica - a principal referência foi Alberto Alesina. No Brasil, esse ponto é reforçado por conta da baixa qualidade do gasto público - inclusive com gasto social mal focalizado e investimento pouco eficiente - e das muitas distorções do sistema tributário que prejudicam a produtividade das empresas.

A Fazenda prometeu metas ambiciosas de resultado primário, mas que são pouco críveis à luz da rigidez orçamentária e dos planos do governo - como o reajuste do salário-mínimo acima da **inflação**, os gastos mínimos constitucionais com saúde e educação e o piso de despesas com investimento. Partem de um déficit de 0,5% do **PIB** este ano e chegam a um superávit de 1% em 2026 (+/- 0,25 ponto percentual). Ocorre que o próprio governo projeta para 2023 um déficit de 1,4% do **PIB**. O drama reflete-se no contorcionismo para fechar o Orçamento de 2024, que requer um adicional de receita equivalente a 1,4% do **PIB** para entregar a meta de zerar o déficit, de acordo com o Tesouro.

Enquanto isso, medidas são anunciadas sem escrutínio quanto à sua adequação técnica e sem análises de custo-benefício. Exemplos não faltam,

como o incentivo à indústria automobilística e a redução da taxa de juros do crédito do BNDES para inovação.

Resta à Fazenda buscar formas de elevar a arrecadação, e a lista é longa, alimentando as incertezas sobre o tamanho da fatura a ser paga pelas empresas. Isso em nada ajuda a destravar investimentos.

Mesmo que parte dessa agenda seja meritória, visando reduzir renúncias tributárias ineficientes e injustas, seu timing é ruim, por conta da **reforma tributária** do IVA, com impactos diferenciados entre setores ou mesmo empresas. Por isso mesmo, o Congresso deverá ser cauteloso na tramitação de novas medidas tributárias. Não seria sábio criar muitos inimigos ao mesmo tempo - não por coincidência, Arthur Lira, presidente da Câmara, defendeu que o governo adie a proposta de taxação de fundos exclusivos.

A eliminação do JCP (juro sobre capital próprio), por exemplo, deverá enfrentar muitas dificuldades. Trata-se de uma regra que deduz do Imposto de Renda sobre o lucro nominal das empresas a parcela da distribuição de dividendos relativa aos juros sobre o capital de acionistas - uma forma de as empresas serem indiferentes entre tomar empréstimo ou fazer chamada de capital de sócios. Os críticos apontam sobre a inadequação de eliminar o JCP sem ser no contexto de reforma do IR.

Quanto ao Judiciário, a expectativa é de ativismo e, portanto, de maior risco a contribuintes. E o caso da polêmica decisão de relativizar a "coisa julgada", o que significa que sentenças tributárias dadas como definitivas deixam de valer caso haja decisão posterior em sentido contrário. Enquanto isso, a classe jurídica discute se há um (preocupante) viés pró-Fisco no Judiciário.

Se o ajuste fiscal baseado em aumento de tributação já não é boa ideia do ponto de vista do crescimento econômico, quando feito à fórceps, pior ainda. O mesmo zelo que se recomenda na criação de um novo gasto vale para novas receitas, incluindo alterações na interpretação das regras tributárias. Mudanças de regra do jogo descuidadas machucam ainda mais a economia, dificultando o próprio ajuste fiscal. Ao final, o caminho para o grau de investimento toma-se mais

longo e difícil.

*

Mudanças de regra do jogo descuidadas machucam ainda mais a economia, dificultando o próprio ajuste fiscal

Notícias Relacionadas:

O GLOBO ONLINE - RJ
O caminho é mais difícil do que parece

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Congresso Nacional, o fiador do arcabouço - LU AIKO OTTA

Uma assombração ronda a Esplanada dos Ministérios: a volta do teto de gastos no orçamento de 2024. É usual ouvir que isso não existe, mas volta e meia aparece nas conversas dos técnicos.

Embora seja pouco provável, o teto pode voltar. Dará as cartas no orçamento de 2024, se o Congresso não aprovar o arcabouço fiscal.

Seria um desastre não só para o governo, mas para o país, afirma o secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães. Sob o teto, os R\$ 155 bilhões acrescentados aos gastos federais este ano, graças à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, teriam de ser cortados. Haveria um encolhimento drástico nas despesas.

É um cenário tão ruim que nem é levado em conta. O Ministério do Planejamento elabora a proposta do orçamento de 2024 supondo que no ano que vem não haverá mais o teto, e sim o arcabouço conforme aprovado no Senado Federal. Ainda assim, a situação é desconfortável.

Primeiro, porque ainda não se sabe exatamente como ficará o novo arcabouço fiscal. As alterações que os senadores fizeram ao texto que havia sido aprovado pela Câmara serão agora submetidas aos deputados. E o relator da matéria, deputado Cláudio Cajado (PP-BR), deixou clara sua discordância com alguns pontos. Ou seja, o Planejamento trabalha a partir de pressupostos que tendem a mudar.

Segundo, porque a estreia do arcabouço ocorrerá em clima de final de campeonato. Pela nova regra, o governo federal tem de zerar o déficit fiscal no ano que vem.

O mercado não acredita que seja possível. Na pesquisa mensal Prisma Fiscal, realizada pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, a mediana das instituições estima déficit de R\$ 82 bilhões no ano que vem.

No exterior, o Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta um resultado negativo de 0,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2024.

Para o professor de Economia da Fundação Getúlio

Vargas Joelson Sampaio, zerar o déficit em 2024 é algo "bem desafiador". Ele, no entanto, considera que a aprovação do arcabouço e da **reforma tributária** podem melhorar o ambiente no ano que vem. Com a economia mais aquecida, haveria maior arrecadação.

Assim, tudo dando certo, o objetivo se tornaria viável.

"Estou otimista, mas o resultado ainda está muito distante", resume. "O governo vai na direção de quem quer zerar o déficit." Pelas contas dos técnicos, faltam cerca de R\$ 130 bilhões para chegar a um orçamento equilibrado em 2024. E esse buraco será fechado com medidas que vão elevar receitas.

Em boa parte, dependerão da aprovação pelo Congresso Nacional. O governo aposta na cooperação.

"O Congresso é um fiador desse arcabouço", afirma Guimarães. Uma vez aprovada a nova regra fiscal, também o Legislativo estará pressionado a dar condições para que seja cumprida. "É uma questão de aritmética e de razoabilidade: como é que ele [o Congresso] vai explicar para a sociedade que exigiu um determinado nível de solidez fiscal, você [o Executivo] manda dez medidas e nenhuma é aprovada?" Cajado concorda que o Congresso é fiador do arcabouço. Mas faz uma ressalva: o governo, por sua vez, não pode criar novas despesas e esperar que deputados e senadores aprovem aumentos de **impostos** para financiá-las.

"Se há dúvida que o déficit zero será alcançado, para que criar novas despesas?" Ele cita como exemplo a elevação do limite de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) que entrou em vigor em maio passado, com impacto estimado de R\$ 5,88 bilhões em 2024.

Os líderes partidários na Câmara dos Deputados ainda vão discutir as alterações no arcabouço que pretendem acatar. O relator discorda, por exemplo, da exclusão de despesas com Ciência e Tecnologia e com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) do limite de despesas.

Reconhece que são gastos meritórios, mas questiona por que outros programas importantes não tiveram

igual tratamento. "Tudo o que tem impacto no resultado primário tem de estar na base", afirma.

"Despesa é despesa." A prevalecer esse entendimento, o quadro de restrição orçamentária que já vem causando dissabores pela Esplanada vai se agravar. Serão mais itens a serem encaixados num limite de gastos já apertado.

Dissipar dúvidas de que o governo encerrará o próximo ano com déficit zero ou, na pior das hipóteses, dentro da margem de tolerância do arcabouço (até 0,25% do **PIB**), será importante para manter a trajetória de melhora do ambiente econômico. É possível criar condições para tanto, da mesma forma como se vê neste ano.

Mas também é hora de o governo mostrar que não será só pelo lado das receitas que as contas serão ajustadas. O sinal amarelo já está aceso no Congresso Nacional.

É hoje Hoje é dia de decisão do Comitê de Política Monetária (Copom). Otimista, Joelson Sampaio aposta em um corte de 0,5%. Cajado acha que é preciso ir devagar com o andor e crava 0,25%.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Congresso Nacional, o fiador do arcabouço

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187620?page=16§ion=1>

"PIB no Brasil surpreende para cima há 12 trimestres", diz Leichsenring

A Verde Asset, liderada por Luis Stuhlberger, está mais otimista com a atividade brasileira mais por fatores estruturais do que por aqueles de economia política, avalia o economista-chefe da gestora, Daniel Leichsenring. Reformas importantes - a maioria herdada de governos anteriores, além da boa perspectiva para a tributária no mandato corrente - e o novo regime fiscal da atual gestão, que reduz riscos iminentes, podem viabilizar uma aceleração do Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil num cenário internacional mais benigno, diz Leichsenring.

Ele destaca, porém, ver problemas no novo arcabouço fiscal, por embutir aumento de gastos públicos de que o Brasil não necessita, além de exigir uma elevação de carga tributária importante para bancar essa alta de despesas. "Você gasta muito e gasta errado." O dólar no mercado global, medido por sua taxa real efetiva de câmbio -em relação aos países mais importantes para o comércio americano -, está "em níveis meio extremos de valorização" e, por isso, a chance maior ao longo do tempo é de normalização, segundo o economista. Segundo ele, historicamente, em momentos em que o dólar se desvaloriza na comparação com o resto do mundo, o crescimento no Brasil é mais forte e, inclusive, surpreende para cima.

"O risco preponderante para o meu cenário é o dólar, por algum motivo, continuar subindo", afirma Leichsenring.

A Verde projeta crescimento de 2,5% para o **PIB** em 2023 e algo entre 2% e 3% também em 2024 - acima do consenso de mercado da pesquisa Focus, do Banco Central, de 2,2% e 1,3%, pela ordem.

"Eu acho que as pessoas ainda estão com um tom muito negativo", diz Leichsenring em referência a 2024. "Isso me surpreende porque o juro vai começar a cair." A expectativa do mercado é que o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC anuncie hoje o primeiro corte da Selic após quase um ano da taxa básica de juros em 13,75%. Analistas estão divididos, no entanto, quanto ao ritmo inicial dessa redução, se de 0,25 ou 0,5 ponto percentual. "Se eu estivesse lá, não cortaria 0,5 ponto de jeito nenhum. As expectativas de **inflação** ainda estão desancoradas para frente", afirma Leichsenring.

Para ele, trocas de comando e diretoria na autoridade

monetária preocupam menos do que agressões "institucionais", como ele define, e cita como exemplo a discussão sobre mudar as metas de **inflação**, o que acabou não se concretizando. Abaixo os principais trechos da entrevista.

Valor: Por que a Verde está mais otimista com a economia do Brasil?

Daniel Leichsenring: O que nos tornou um pouco mais construtivos é uma combinação de fatores, que tem três elementos importantes.

O primeiro é o conjunto extenso de reformas que o Brasil implementou desde o [governo do expresidente Michel] **Temer**. O teto de gastos, embora tenha acabado, teve, por algum tempo, efeito muito relevante, levou a uma série de melhorias na estrutura do mercado de capitais, passamos por um período de taxas de juros muito baixas. Teve também a redução do BNDES, com consequências relevantes, na medida em que a alocação de capital passa a obedecer uma lógica de maior retorno esperado.

Houve ainda a reforma trabalhista, com queda de mais de 50% no número de processos, a reforma da Previdência e a aprovação da autonomia do Banco Central.

Agora, temos uma boa perspectiva de aprovar a **reforma tributária** que, embora imperfeita, é um salto **inacreditavelmente bom** para o Brasil. E tem uma agenda sobre garantias que está avançando e é muito boa para ajudar o mercado de crédito a funcionar melhor.

Valor: Qual é o segundo fator?

Leichsenring: O arcabouço fiscal, que eu não reputo como bom, porque ele inclui aumentos de gastos públicos de que eu não acho que o Brasil precisa e uma elevação da carga tributária importante para dar conta desses gastos. O Brasil, comparado a qualquer emergente, tem uma carga tributária muito alta, nosso gasto é maior e a efetividade é um desastre. Nossa desigualdade de renda, antes ou depois do gasto público, é mais ou menos a mesma. Você gasta muito e gasta errado. Embora o regime fiscal novo não seja bom, ele tem embutido mecanismos que, ao menos, diminuem riscos de descontinuidades iminentes. Mas

não garante solidez fiscal sob qualquer circunstância. Se tivéssemos permanecido com o teto, estaríamos muito mais animados.

Valor: E o terceiro elemento?

Leichsenring: O cenário internacional, que é absolutamente crucial e, em ordem de importância, maior do que os outros dois.

Olhando os ciclos econômicos do passado no Brasil, houve vários episódios em que o país se engajou em uma agenda de reformas e aquilo não significou imediatamente mais crescimento, porque o contexto internacional era muito difícil. Consigo citar, pelo menos, dois episódios: nos anos 1960, houve uma série de medidas de cunho liberal e modernizante, como a criação do Banco Central, mas foi quando o cenário internacional melhorou que as reformas já implementadas acabaram surtindo efeito e houve uma aceleração de crescimento muito grande nos cinco anos posteriores. O mesmo aconteceu no governo Fernando Henrique, em que o Brasil fez uma quantidade de reformas espetacular, como o próprio Plano Real e as privatizações, mas o crescimento despontava todo ano. Quando o cenário internacional melhorou, a partir do fim de 2002, o Brasil acabou se beneficiando das reformas e o país cresceu muito mais aceleradamente, a despeito das contrarreformas que foram aparecendo pelo caminho e que não foram pequenas.

Se eu fosse comparar o estágio do ciclo, eu diria que a gente está parecido com 2002.

Valor: Como medir um exterior mais ou menos benigno?

Leichsenring: Um indicador que, para mim, resume o cenário internacional é a taxa real efetiva de câmbio do dólar. A gente consegue ver a força do dólar em relação a outros países, ponderado pela cesta de comércio americana - Europa, China e México, por exemplo, são importantes, enquanto o Brasil tem peso muito pequeno. O que a gente observa ao longo do tempo é que, nos períodos em que o dólar está se fortalecendo em relação às moedas do mundo, há uma tendência de o crescimento ser mais fraco no Brasil e surpreender recorrentemente para baixo. Já os momentos em que o dólar se desvaloriza em relação ao resto do mundo são períodos em que o crescimento no Brasil é mais forte e a surpresa de crescimento tende a ser bem significativa para cima.

Valor: Como está esse indicador atualmente?

Leichsenring: Eu olho para o dólar e vejo muito mais probabilidade de, ao longo do tempo, ele perder valor

em relação às demais moedas do que ganhar. Estamos em níveis meio extremos de valorização do dólar contra o resto do mundo. Ele voltando para patamares mais normais, significa que a gente vai ter, provavelmente, um período de maior disponibilidade de financiamento para economias emergentes. E o Brasil, em particular, acaba se beneficiando disso, porque o mundo emergente mudou muito nos últimos anos. Tem uma série de riscos geopolíticos associados à China, Rússia, Turquia. O risco preponderante para o meu cenário é o dólar, por algum motivo, continuar subindo.

Valor: Essas questões geopolíticas não podem dificultar a perda de força do dólar ?

Leichsenring: Riscos geopolíticos são relativamente bons para o Brasil se eles não se materializarem em catástrofes. Se ficarem apenas como riscos, acho que a gente consegue navegar relativamente bem. A **reforma tributária**, embora tenha um período de maturação muito mais longo do que eu gostaria, coloca o Brasil como uma possibilidade para receber investimentos que ajudem o mundo no reposicionamento das cadeias de produção. O Brasil é um país totalmente fechado.

Temos a possibilidade histórica de dar um passo.

Valor: Em relação especificamente ao **PIB** de 2023, cujo primeiro trimestre foi impulsionado pela agropecuária, o que esperam para o resto do ano?

Leichsenring: O **PIB** no Brasil vem surpreendendo para cima há 12 trimestres. Não são números bombásticos, mas são histórias de surpresa. Colocar o primeiro trimestre de 2023 na conta exclusiva do agro. Houve uma contribuição extraordinariamente positiva, mas não é só isso.

Vemos um crescimento positivo ainda no segundo trimestre, algo como 0,3% [ante o primeiro], e perto de 2,5% no ano. Vamos ter queda do **PIB** agrícola no segundo trimestre, porque o primeiro foi muito forte, e, ainda assim, temos um **PIB** positivo. É evidente que tem uma desaceleração da economia, induzida pela política monetária, necessária para dar conta do problema da **inflação**.

Mas, de novo, acho que tem outros elementos que contam uma história de um crescimento, de fato, mais forte e consistente.

Valor: Isso vale para 2024?

Leichsenring: Eu acho que as pessoas ainda estão com um tom muito negativo. Isso me surpreende porque o juro vai começar a cair. O **PIB** está

surpreendendo para cima faz muito tempo, e o consenso está sempre colocando para baixo. Parece que estão cometendo o mesmo erro [para 2024]. Vai virar a chave da política monetária, vamos estar com uma taxa de juros de um dígito no fim do ano que vem - acho que terminamos esse ano com a Selic em 12% e entre 9% e 9,5% em 2024. Tudo bem, tem a defasagem da política monetária, não dá para esperar que a atividade comece a acelerar rapidamente, mas o fundamento para ter um ciclo mais positivo à frente está aí. Eu não espero também uma contração fiscal no ano que vem mais do que compensando o monetário.

Acho que o **PIB** pode crescer entre 2% e 3% em 2024.

Valor: O crescimento mais forte não atrapalha o trabalho do BC?

Leichsenring: Começa um processo de queda dos juros que tem fundamento, a **inflação** está em trajetória melhor. Esperamos 4,8% para o IPCA neste ano e algo perto de 4% no ano que vem. Não é um BC que vai cortar juros sem qualquer apego aos manuais de boas práticas. Acho que tem uma certa angústia das pessoas. O crescimento econômico mais forte, inclusive, ajuda o BC, no sentido de que a possibilidade, hoje, de o governo apertar um "botão do pânico" - de precisar fazer alguma coisa porque os juros não baixam, a atividade despenca e há perda de popularidade - é menor. Qual o custo de verdade, até agora, de desinflacionar a economia? O crédito preocupa na medida em que ele, eventualmente, leve a um processo mais recessivo. Não foi o que a gente observou; o crédito vai crescer no ano. Na prática, o custo de emprego da desinflação foi muito pequeno.

Essa história de "credit crunch" - de um processo mais descontrolado de fechamento de empresas e não linearidade na economia -, para mim, desde o começo, nada mais era do que uma boa narrativa. Não é o que a gente está vivendo e, olhando para frente, quando começar a cortar juros, vamos viver menos ainda.

Valor: Tem espaço para o BC começar a cortar a Selic nesta semana já com 0,5 ponto percentual?

Leichsenring: Se eu estivesse lá, não cortaria 0,5 ponto de jeito nenhum.

As expectativas de **inflação** ainda estão desancoradas para frente, embora tenha havido, com a manutenção da meta de **inflação** em 3% - uma atitude absolutamente acertada -, certa reancoragem.

Mas ela parou no meio do caminho.

Eu cortaria 0,25 ponto e iria com mais cautela. É um

custo relativamente pequeno e que leva a benefícios de longo prazo muito melhores. O Banco Central, ao longo dos últimos meses, teve uma atitude irretocável. Não vejo por que mudar o que tem dado certo, a despeito das críticas muito fortes.

Valor: A resistência do BC a essas críticas ajudou a reduzir as expectativas de **inflação**?

Leichsenring: Com certeza. Imagina o caso alternativo, em que na primeira pressão ele tivesse cortado os juros. A gente estaria, certamente, em uma situação muito diferente.

Eu não acho que o Banco Central deveria, no finalzinho do processo, ceder à pressão, não vejo nenhum benefício. Ele tem atuado de maneira técnica e eu acho que deveria continuar assim.

Valor: O futuro da composição da autoridade monetária gera preocupação?

Leichsenring: Me preocupa muito mais a agressão institucional, como foi a discussão sobre mudar o regime de metas. A gente já passou por bancos centrais mais "hawkish" e mais "dovish", mais duros e mais lenientes com a **inflação**. O sistema sobreviveu, corrige no novo ciclo.

Valor: Como a percepção mais positiva de agora com o Brasil difere de outros momentos?

Leichsenring: Fomos otimistas em 2009, com o Brasil saindo da crise financeira global. Tínhamos uma posição confortável do ponto de vista do sistema financeiro aqui, que sempre foi muito sólido. Não tinha nada que levasse a pensar que o Brasil estava estruturalmente impedido de se recuperar daquele choque. Se fizesse um conjunto de políticas para compensar o efeito da crise, o Brasil poderia voltar rápido. Fomos bem naquele pós-crise; houve excessos depois, no fiscal e no parafiscal, que deu no desastre de 2014 em diante. O Brasil se perdeu nesse processo e, aí, estávamos muito pessimistas. Demoramos um pouco para virar a chave. O governo **Temer** foi uma surpresa incrível de boa para o país. Agora, estou animado com fatores mais estruturais, menos cíclicos ou da economia política.

Esses não me animam muito.

Valor: Você mencionou que o Brasil cresceu nos anos 2000 a despeito de contrarreformas. Elas não são um risco atual também?

Leichsenring: Eu vejo, hoje, como menos provável uma agenda de contrarreformas muito intensa.

A principal seria a do arcabouço fiscal e isso foi moderado.

Em outros casos, houve tentativas, em relação ao marco do saneamento, por exemplo, mas o Congresso barrou. Não estou falando que não haverá contrarreformas, mas eu acho que elas não vão ser suficientes para mais do que compensar os outros efeitos que eu vejo como positivos. O que mais me preocupa é a história de acabar com o TLP [Taxa de Longo Prazo do BNDES] ou criar instrumento de financiamento alternativo do banco, um crescimento muito grande.

Valor: Recentemente, agências de classificação de risco melhoraram a nota de crédito ou a perspectiva para o Brasil. Até 2026, o país volta ao grau de investimento?

Leichsenring: Eu não contaria com isso. Eu acho que havia certa desconexão entre a nota que o Brasil tinha e a evolução dos fundamentos, em grande medida pelas reformas implementadas, particularmente se comparado a pares semelhantes.

Acho que foi uma adequação a uma realidade que já estava lá. Daqui para frente, para ter grau de investimento, a gente precisaria ver uma melhora bem mais significativa nas contas públicas, por exemplo, na perspectiva de gerar superávits que, no mínimo, estabilizem a dívida. Mais crescimento ajuda, o fiscal vai ser melhor, não pode se perder e fazer coisas que prejudiquem.

"Acho que as pessoas ainda estão com um tom muito negativo [para 2024]"

"Não acho que o BC deveria, no finalzinho do processo, ceder à pressão"

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187620?page=16§ion=1>

Boric apresenta proposta de reforma tributária

O presidente do Chile, Gabriel Boric, apresentou ontem os detalhes da nova proposta de **reforma tributária** que visa aumentar a arrecadação do Estado enquanto busca trazer mais apoio após uma primeira proposta de reforma ser derrubada no Congresso.

O anúncio de Boric foi feito em pronunciamento em cadeia nacional e trouxe os principais pontos da nova reforma. O governo espera a aprovação do projeto para poder arrecadar os US\$ 8 bilhões necessários para bancar novos programas sociais e de assistência que foram promessas do presidente ainda durante a campanha.

Durante o anúncio, o presidente chileno afirmou que não vai insistir no projeto original da reforma, mas enviar um novo projeto ao Congresso dividido em duas partes.

A primeira terá o objetivo de aumentar em 1,5% o **PIB** (Produto Interno Bruto) do país por meio de mudanças no arcabouço fiscal, ao modernizar as formas de recolhimento dos **tributos**, reduzir a sonegação e diminuir a informalidade no mercado de trabalho.

A segunda parte da reforma prevê modificar o Imposto de Renda que incide sobre pessoas e empresas, com elevação da carga tributária sobre os mais ricos. Boric não especificou quanto de arrecadação o governo espera com essa parte da reforma, mas prometeu incentivos financeiros para pequenas empresas, aumento do investimento e outros benefícios que somam 0,5% do **PIB**.

"Essa proposta considera as contribuições do crescimento, da reforma do Estado, fortalecendo o processo de recolhimento e **impostos** pagos pelos setores de maior renda, para financiar gastos sociais urgentes", disse Boric, acrescentando que os recursos financiarão a Previdência, a Saúde e a Segurança.

O projeto de reforma também aborda o setor de mineração do país, já que o Chile é o maior produtor de cobre do mundo, e mineradores reclamam da demora nas concessões. De acordo com um esboço da proposta, o governo planeja reduzir em 30% o tempo necessário para o processamento de projetos de mineração.

O Chile também tem grandes reservas de lítio

inexploradas.

Grande parte da agenda progressista de Boric não saiu do papel desde o começo de seu governo e sua popularidade vem caindo.

Os eleitores rejeitaram por ampla margem uma nova Constituição em setembro passado. O Parlamento também tem vetado muitas de suas propostas.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187620?page=16§ion=1>

Economia melhora, mas governo precisa reduzir ainda mais a incerteza (Editorial)

As perspectivas para a economia brasileira melhoraram ao longo deste ano. O crescimento será mais forte do que se esperava no começo de 2023 e a **inflação**, mais baixa, num cenário marcado pela **redução** de incertezas em relação às contas públicas e pela aprovação da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados. Em julho, esse quadro mais positivo levou a agência de classificação de risco Fitch a elevar a nota de crédito do Brasil de BB- para BB, ainda a dois passos do grau de investimento, o selo conferido a países, empresas ou bancos com maior capacidade de pagamento de suas dívidas. Além disso, o Indicador de Incerteza da Economia (IIE) da Fundação Getulio Vargas (FGV) recuou pela quarta vez seguida, para 103,5 pontos, o nível mais baixo desde novembro de 2017, quando ficou em 103,1 pontos.

São notícias positivas, que indicam um ambiente mais favorável para a economia, num momento em que o Comitê de Política Monetária (Copom) deve começar a reduzir os juros na reunião de hoje, baixando a Selic em 0,25 ou 0,5 ponto percentual. A **inflação** tem perdido fôlego e as expectativas para os índices de preços recuaram nos últimos meses.

Ainda assim, há pontos de indefinição que podem atrapalhar a economia. O arcabouço fiscal reduziu o risco de cenário extremo para as contas públicas, mas ainda há incertezas relacionadas à trajetória fiscal de longo prazo. Em relatório divulgado na segunda-feira, o Fundo Monetário Internacional (FMI) alerta para os riscos de implementação da nova regra fiscal, devido ao foco no aumento de receitas.

Para que a dívida pública entre numa trajetória firme de queda, é necessário um ajuste fiscal mais ambicioso, diz o Fundo, em sua avaliação anual sobre a economia brasileira.

Entre as várias sugestões para aprimorar o arcabouço, o FMI vê como importante uma regra para enfrentar o elevado tamanho dos gastos como proporção do **PIB**, para diminuir os riscos de um ajuste concentrado apenas no aumento da arrecadação.

Outra eventual fonte de incertezas é a política de preços da Petrobras. Estimativas de consultorias indicam que as cotações domésticas dos combustíveis começaram a acumular defasagem importante em relação às cotações internacionais. Como mostrou

reportagem do Valor publicada ontem, a Stone X calcula que os preços do diesel estavam 23,9% abaixo das cotações no mercado externo; no caso da gasolina, a diferença seria de 15,1%, mesmo com o dólar abaixo de R\$ 5. O ponto é que o petróleo tem subido.

Se a companhia continuar a segurar os reajustes, isso pode diminuir ainda mais o pagamento de dividendos. Pela nova política de remuneração, anunciada na sexta-feira, eles passarão a ser de 45% do fluxo de caixa livre da empresa, e não mais de 60%.

Maior acionista da Petrobras, o Tesouro receberá menos recursos da companhia num momento em que o governo busca elevar receitas. Além disso, se a diferença entre os preços internos e externos permanecer grande por muito tempo, pode haver risco de desabastecimento de combustíveis em algumas regiões, especialmente do diesel, segmento em que o peso do produto importado é expressivo. Se a Petrobras mantém as cotações artificialmente baixas por longos períodos, deixa de ser rentável para o importador trazer o combustível do exterior.

A reação de integrantes do governo à decisão do Copom também pode voltar a causar ruídos. É possível que o colegiado do Banco Central (BC) opte por uma redução pequena da Selic, de 0,25 ponto percentual. A queda dos preços de serviços ainda é lenta e as expectativas de **inflação** ainda não convergiram totalmente para as metas, de 3,25% neste ano e de 3% nos anos seguintes. Se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ministros importantes atacarem o BC, será contraproducente, podendo criar problemas desnecessários. O ciclo de queda dos juros já terá se iniciado, e um começo cauteloso pode levar o processo de redução da Selic a ser mais extenso e mais profundo, se ocorrer com a consolidação de projeções de **inflação** próximas aos alvos perseguidos pelo BC.

Passados sete meses do ano, o cenário para a economia brasileira é consideravelmente mais benigno do que o do começo de 2023. Cabe especialmente ao governo aproveitar esse quadro positivo, empenhando-se em reduzir ainda mais as incertezas, especialmente no campo fiscal. O projeto do arcabouço será analisado novamente pela Câmara dos Deputados, depois de algumas mudanças

realizadas pelo Senado, que afrouxaram o teor da regra. Seria importante que os deputados restaurassem o texto do arcabouço, fechando o espaço para mais gastos. Também é essencial um quadro mais claro para as receitas em 2024, que ainda dependem de algumas medidas ainda não aprovadas pelo Congresso e outras ainda não oficialmente propostas.

Quanto mais crível for a política fiscal, mais espaço e mais conforto terá o BC para avançar no ciclo de queda de juros.

Isso ajudará a impulsionar a atividade e a melhorar o próprio quadro para as contas públicas, ao elevar a arrecadação e reduzir as despesas financeiras do setor público.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Economia melhora, mas governo precisa reduzir ainda mais a incerteza

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187620?page=16§ion=1>

Reforma tributária: autonomia estadual não é absoluta (Artigo)

Maílson da Nóbrega

Maílson da Nóbrega foi ministro da Fazenda. É sócio da Tendências Consultoria

*

A **reforma tributária** aprovada pela Câmara não foi um retrocesso institucional, como muitos disseram. Alguns governadores e prefeitos têm reclamado do que lhes parece a perda da autonomia para gerir suas próprias receitas. Sinalizam, na verdade, que preferem continuar a conceder incentivos fiscais com vistas a atrair investimentos para seus territórios. Ao mesmo tempo, alguns economistas e tributaristas imaginam que a reforma fere o pacto federativo.

Condena-se a criação do Conselho Federativo previsto no projeto, aparentemente sem perceber que ele será indispensável para a implementação das novas regras. Estudos mostram que o Conselho não terá os poderes imaginados pelos que se opõem à sua criação. Mesmo na hipótese de o órgão exercer o poder de iniciativa de leis, conforme previsto na reforma, a palavra final será do Congresso.

Os defensores da PEC 45, como este escriba, não enxergam ameaças à autonomia dos entes subnacionais. Lembram o poder, a eles atribuído, de fixar as alíquotas internas do IBS (imposto sobre bens e serviços), desde que não recorram a alíquotas distintas para bens e serviços. O IBS substituirá o ICMS e o ISS, dois **tributos** disfuncionais, ineficientes e partes relevantes do manicômio tributário que, particularmente a partir da Constituição de 1988, tem sido causa importante da desindustrialização precoce e do baixo crescimento da economia.

A "cidadã" contribuiu para o caos tributário atual, notadamente por conceder aos estados o poder de legislar sobre o ICMS (em nome da autonomia estadual, lembro-me bem). Eles puderam, então, mudar alíquotas, bases de cálculo e hipóteses de incidência do tributo. O ICMS, um imposto sobre o valor agregado (IVA), ainda que imperfeito nesse aspecto, deveria ter base uniforme em todo o território nacional, a fim de preservar a unidade do espaço econômico do país. Com a mudança acarretada pela Constituição, o ICMS perdeu totalmente sua necessária harmonia e virou uma completa bagunça.

Muda setenta vezes por semana em todo o país.

Não há como justificar sua permanência.

A fixação da alíquota local não sensibilizou os defensores da autonomia irrestrita dos estados e municípios. Um dos governadores que se opõem à reforma prometeu recorrer ao STF para arguir a inconstitucionalidade da reforma. No fundo, deseja-se manter a guerra fiscal, que provoca má alocação de recursos, ineficiências e perdas de produtividade, acarretando a redução da competitividade dos produtos e serviços exportáveis, e a diminuição do potencial de crescimento do **PIB**, do emprego e da renda.

O Fundo Regional de Desenvolvimento, a ser criado pela reforma, será mais adequado para atrair investimentos, inclusive mediante a concessão de subsídios para reduzir o custo dos investimentos dos respectivos projetos.

Esse modelo, adotado por estados americanos, é mais transparente, passível de controle pelo sistema político e pela sociedade, e não interfere na tributação dos produtos e serviços, como acontece quando da concessão de incentivos do ICMS. As empresas beneficiadas pagarão **impostos** como qualquer outra.

A autonomia de entes subnacionais e mesmo de um país não é absoluta. No livro *Crisis of Democratic Capitalism*, Martin Wolf mostra que autonomia se torna relativa quando outros valores se impõem em benefício da sociedade. Ele se refere ao caso da perda de autonomia dos países-membros da União Europeia (UE) para preservar e gerir sua própria política monetária. Na verdade, há um exemplo mais contundente, qual seja a da criação da Comunidade Econômica Europeia pelo Tratado de Roma (1957), que foi a origem da UE.

A ideia foi objeto de amplo debate nos anos imediatamente posteriores ao fim da II Guerra, tendo como pano de fundo os horrores do conflito. Winston Churchill defendeu a criação dos Estados Unidos da Europa. A ideia era a de que a integração econômica levaria à perda de autonomia, mas geraria a prosperidade comum, o que constituiria forte incentivo para interromper os muitos séculos de guerra.

Correto, como se viu. Nos últimos quase oitenta anos,

nenhum dos membros da UE guerreou com qualquer de seus pares. A Europa foi palco dos Trinta Anos Gloriosos de crescimento econômico no pós-guerra.

Um outro exemplo é o da Alemanha, a federação mais forte da UE. Sua permanência na União dependia, como era o caso para os demais membros, da aprovação de um IVA nos moldes estabelecidos pelos tratados. O dilema era entre autonomia e prosperidade.

Os alemães não hesitaram. Aprovaram o IVA em 1980, quando seus estados perderam a autonomia para gerir e mudar seus **impostos** sobre o consumo.

A queda do Muro de Berlim em 1989 gerou a percepção de que sua consequência lógica seria a busca da unificação da Alemanha, contra a qual se opuseram o presidente francês François Mitterrand e a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher. Em reunião desses dois líderes em Paris, em janeiro de 1990, Mitterrand teria dito que a unificação poderia resultar na reemergência dos "maus" alemães que haviam dominado a Europa. Acrescentou que o continente poderia reviver a situação que precedera o ano anterior à I Guerra.

Tais temores aceleraram as discussões para a criação do euro, que era vista como estratégia para atar definitivamente a Alemanha ao projeto europeu. Diante das dúvidas então levantadas, o presidente alemão, Joachim Gauck, declarou que "mais Europa não significa uma Europa alemã.

Mais Europa significa uma Alemanha europeia". O Tratado de Maastricht, assinado em 1992, criou o euro, que circulou em 1999. Os alemães renunciaram à autonomia de sua moeda, o marco, símbolo da nacionalidade, em vigor desde a unificação do país em 1871, sob a liderança do chanceler Otto von Bismark.

Custa acreditar que, diante dos inequívocos benefícios da reforma para a prosperidade do Brasil, muitos continuem a insistir na tese sem sentido de que a autonomia dos estados deve preceder a tudo o mais.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187620?page=16§ion=1>

Ruralista quer alterar 12 pontos na proposta de reforma tributária

Políticas Rafael Walendorff De Brasília

O coordenador do Grupo de Trabalho da **Reforma Tributária** no Senado Federal, senador Efraim Filho (União-PB), disse ontem que é "impossível" votar um texto que tire a competitividade do setor agropecuário brasileiro. Ele deu a declaração após receber um documento da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) com uma lista de 12 pontos que o setor quer alterar na proposta aprovada pela Câmara dos Deputados em julho.

Efraim Filho afirmou que o Senado já conhece o texto que será analisado, o que pode facilitar os trabalhos, e estimou que a reforma poderá ser votada em 90 dias.

"Enquanto na Câmara o debate se deu muito sobre ideias, alternativas, sugestões, no Senado há um texto. Os debates se darão sobre a proposta concreta. Há uma espinha dorsal", afirmou o senador após reunião com a FPA.

"O agro, do jeito que ficaria no modelo padrão [com a alíquota geral], ficaria com a maior taxação do mundo. É impossível que a gente vote algum texto que retire do agro a competitividade que ele tem hoje dentro de uma economia globalizada sem fronteiras", disse.

Os principais pontos de preocupação da FPA e das 55 entidades que compõem o Instituto Pensar Agropecuária (IPA) são a redação do artigo 20 da **reforma tributária** aprovada pela Câmara, que deixa espaço para a criação de fundos estaduais com novas tributações sobre produtos agropecuários, o aumento do limite de renda bruta anual de R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões para o produtor não ter que ser contribuinte e a questão do imposto sobre as heranças.

Há pedidos também para cortar ainda mais a alíquota para o setor, dos 60% de redução aprovados pela Câmara para 80%, conforme solicitação inicial. No caso do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis .

e Doação (TITCMD), o setor quer garantir na Constituição Federal que a Lei Complementar defina que não haverá incidência no caso de sucessão familiar nas pequenas propriedades rurais.

"A gente continua estimando o que seria o valor da

alíquota, alguns falam em 25%, outros 28%, 23%. A gente não consegue ainda calcular esse valor, e vai depender do que nos for apresentado. É óbvio que nós da FPA vamos trabalhar no Senado para ter maior benefício possível e isso passa também pela possibilidade de ter a maior redução da alíquota geral", afirmou o presidente da FPA, deputado Pedro Lupion (PP-PR).

"O maior benefício possível é a menor alíquota possível. Vamos trabalhar para isso. O agro brasileiro, motor da economia, merece ter esse cuidado na hora da definição das alíquotas" completou Efraim Filho.

A FPA também quer garantir alíquota zero para a cesta básica desde a finalização do produto, para que não haja incidência na distribuição e no varejo, que aumentaria o acúmulo de crédito. Em relação ao período de transição, o setor pede para deixar claro que o ICMS não poderá ser majorado.

A FPA e o IPA também fizeram pedidos com relação ao crédito da não cumulatividade (não condicionar o aproveitamento ao recolhimento ou sub-rogação), à imunidade de exportação (que os créditos não sejam estornados e possam ser restituídos em até 60 dias), ao crédito presumido (que o cálculo do tributo seja sobre a aquisição), ao IPVA (para levar em consideração o impacto na produção do combustível), aos créditos acumulados (diminuir prazo para o ICMS e incluir PIS/COFINS) e ao Imposto Seletivo.

Efraim Filho afirmou que o Senado poderá fazer estudos e simulações com números para definir as alíquotas. "Pela força do agro, da FPA no Senado, vamos conseguir vencer com alíquota que seja adequada.

O número não temos ainda.

Os dados e estudos que irão propiciar", acrescentou. A FPA tem 50 dos 81 senadores.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187620>

Advogados tentam entrar na lista das "exceções" da reforma tributária

Beatriz Olivon e Marcelo Ribeiro De Brasília

Os advogados também querem ser uma das "exceções" na **reforma tributária**. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) nacional defende a necessidade de manutenção de um regime diferenciado de tributação para a categoria.

A alíquota padrão do IBS deve girar em torno de 25% a 30%, de acordo com estimativa de representantes do governo.

Contudo, há quem defenda que o aumento desse custo para a advocacia será diluído.

Na defesa por um regime diferenciado, a OAB destaca que a categoria, integrante do setor de serviços, passará a ter uma carga tributária maior, ao mesmo tempo em que, terá pouca possibilidade de usar créditos do IBS para quitar débitos.

Desde 1968 profissionais liberais e sociedades civis de profissão regulamentada - como médicos, contadores e advogados - recolhem o ISS com base em alíquotas fixas, calculadas com base no número de profissionais prestadores de serviços. Em geral, esse cálculo é considerado mais vantajoso do que a incidência comum, sobre o faturamento.

Na esfera federal, as sociedades uniprofissionais tributadas pelo lucro presumido submetem-se, atualmente, à 3,65% de PIS/Cofins sobre a receita. As optantes pelo lucro real submetem-se à 9,25%, mas com direito a créditos, que já não são muito aproveitados pelos advogados.

A categoria estima que uma parcela relevante dos profissionais está no Simples Nacional, sistema em que já se paga uma alíquota unificada dos **tributos** federais e municipais. Para estes, a expectativa dos especialistas é de pouca alteração na alíquota. Mas, em relação aos demais, em geral advogados de médias e grandes bancas, a tributação poderá subir para 25% sobre a receita.

A OAB informou por meio de nota que trabalha "para que a advocacia tenha plenas condições de representar seus clientes". Por isso, pleiteia um regime de tributação diferenciado para sociedades de profissões regulamentadas, o que também abrange as

áreas de medicina, odontologia e contabilidade.

"A ideia é que, reconhecidas as peculiaridades desse tipo de profissão, e considerado tanto um aumento abrupto e desmedido de carga que será verificado com a reforma, como a situação da diminuta possibilidade de tomada de crédito neste tipo de sociedade, a PEC adote exatamente o modelo seguido para outras atividades (como a dos bancos, seguradoras e operações imobiliárias, entre outras), delegando para lei complementar um regime diferenciado", informou a OAB.

Em nota técnica, a OAB explica que, como as pessoas físicas tomadoras de serviços não poderão descontar créditos de IBS, não haverá "qualquer incentivo" para a emissão de notas fiscais, com igual prejuízo de arrecadação no IR.

Já o advogado especialista em tributação Eduardo Fleury, sócio do FCR Law, questiona: "Qual a razão de pagar mais [imposto] para comida e menos para o advogado?". Ele destaca ainda que o pedido da OAB não faz sentido para os advogados que atendem pessoas jurídicas, pela ampliação do aproveitamento de créditos, que hoje é muito limitado.

"Quando presta serviço para pessoa jurídica, que é a maioria do serviço dos advogados, o prejuízo é zero, ele vai conseguir reduzir preço ou ganhar mais que hoje", afirma.

Fleury estima que os próximos dez anos serão a época em que a advocacia vai ter mais demandas. "Talvez não seja tanto litigioso e passe a ser mais consultivo mas, se aprovada a reforma, os advogados tributaristas vão ganhar mais ainda", diz.

Já o tributarista Breno Vasconcelos, sócio do Manrrih Vasconcelos e professor no Insper, reconhece que a categoria, hoje, tem uma posição privilegiada. "A Constituição diz que o advogado é essencial à Justiça, mas isso não significa que merece tratamento [tributário] diferenciado".

Quanto às demandas, Vasconcelos estima que, se o texto da PEC tivesse sido promulgado há 20 ou 30 anos o contencioso tributário já teria sido reduzido em 95%. Mas ele acredita que, com a **reforma tributária**, pode haver uma mudança na atividade dos

tributaristas.

"A transação [negociação de dívidas tributárias com a Fazenda Nacional] já trouxe um pouco essa mudança de visão", diz Vasconcelos.

Ainda segundo o advogado, o potencial de melhoria dos índices econômicos, de corrente da reforma, dever ampliar trabalhos de consultoria, com a atração de mais empresas estrangeiras para o país.

"Não se pode subestimar a capacidade de o Congresso acabar desconfigurando a reforma em razão da atuação de grupos de interesse, gerando mais contencioso e legislação mais complexa. E nem subestimar a capacidade de advogados de criarem teses", afirma Vasconcelos.

O tributarista Gustavo Brigagão, sócio do escritório Brigagão, Duque Estrada Advogados, aponta que a reforma aumentará o trabalho para os especialistas. "Serão dois sistemas caóticos ao mesmo tempo", afirma sobre o período de transição. Além disso, segundo o advogado, o texto aprovado na Câmara tem problemas na redação que devem gerar um novo contencioso no Judiciário.

Quanto à tributação das sociedades de advogados, Brigagão considera que haverá um aumento de carga tributária "inadmissível" porque os escritórios não tomam crédito e, na prática, não vão conseguir repassar o aumento de custo para os honorários.

"É uma falácia repassar custo em troca de créditos", afirma.

Para o advogado, a cobrança de um valor fixo de ISS sobre profissional é uma determinação que considera a responsabilidade pessoal do advogado e que já foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em disputas entre a categoria e municípios.

Apesar das críticas, Brigagão afirma que torce para que a reforma seja aprovada, com alterações no texto e uma análise "menos açodada" no Senado.

"Quem de fato é impactado é quem presta serviço para pessoa física na sociedade uniprofissional", afirma Sergio Woulff Gobetti, economista e pesquisador no Ipea. De acordo com Gobetti, nesse caso, o crédito não é atrativo, portanto, o serviço ficará mais caro ou o advogado vai precisar absorver parte desse custo. "Mas será uma mudança gradual em cinco anos. Há o potencial de diluir o impacto", afirma.

Para o economista, é "absurdo", existir uma sistemática que produza privilégio para sociedades uniprofissionais. Gobetti destaca ainda que essas

sociedades também se beneficiam da isenção na tributação de dividendos distribuídos aos sócios.

"Não existe meia entrada. Se alguém não paga quase nada de imposto, tem outros pagando muito mais", afirma Gobetti.

O economista destaca que também há procuradores com medo de perder poder com a reforma.

"As profissões ligadas vão ter que fazer um aperfeiçoamento, se reciclar", afirma.

Na esfera política, aliados do relator da **reforma tributária** na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PPPB), classificam as preocupações dos advogados como "injustificadas".

Pontuam que eventuais ajustes no texto, agora em tramitação no Senado, ocorrerão apenas se o relator Eduardo Braga (MDB-AM) confirmar que as mudanças aprimoram a proposta.

Procurado pelo Valor, Ribeiro não quis comentar a mobilização dos advogados.

Entre integrantes do Legislativo e da equipe econômica, a palavra de ordem é evitar ao máximo ampliar as exceções além das que já constam no relatório. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), defendeu ajustes e destacou que há espaço para "dar uma limada" no texto aprovado pela Câmara. Sugeriu que senadores discutam corte a exceções à alíquota padrão.

Segundo apurou o Valor, ainda que Braga tenha sinalizado que fará mudanças no texto, não pretende fazer concessões pontuais para setores específicos, o que colocaria em risco a ideia de simplificação tributária que norteia o projeto.

"Se alguém não paga quase nada de imposto, tem outros pagando muito mais" Sergio W. Gobetti

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187620>

Lira quer entregar reforma tributária pessoalmente a Pacheco

Por Camila Bomfim

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quer entregar pessoalmente ao Senado o texto da **reforma tributária** aprovado pelos deputados. A ideia é fazer a entrega ao presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) - um gesto institucional, mas que também ter o condão de personificar uma conquista que vai marcar o comando de Lira na Câmara: aprovar a simplificação de **impostos** esperada há mais de 30 anos.

O dia da entrega está sendo costurado, mas a expectativa é que seja em breve. Após ter sido aprovada em julho pelos deputados, a **reforma tributária** passou por análises internas na Câmara, etapa que já foi cumprida. Só falta mesmo a entrega ao Senado.

Antes dessa entrega, o Senado não pode cumprir algumas etapas, como a formalização do relator, Eduardo Braga (MDB-AM), na Comissão de Constituição e Justiça, e a apresentação de seu relatório. Na prática, as negociações sobre a reforma seguem. A expectativa é aprovação até outubro.

Leia também:

Site: <https://g1.globo.com/politica/blog/camila-bomfim/post/2023/08/02/lira-quer-entregar-reforma-tributaria-pessoalmente-a-pacheco.ghtml>

Arcabouço fiscal: Senado tomou decisões políticas e não técnicas, diz Cajado

Por Victoria Abel - Brasília

O relator do arcabouço fiscal na Câmara, deputado Claudio Cajado (PP-BA), sinalizou que o Fundo Constitucional do Distrito Federal, o Fundeb (voltado à educação básica) e os gastos com ciência e tecnologia voltarão para os limites fiscais. As despesas foram retiradas da regra pelo Senado, o que obrigou o texto a voltar para análise da Câmara e adiou a conclusão da tramitação.

Cajado afirma que os senadores se deixaram levar por "narrativas" e tomaram decisões políticas. O relator ainda criticou o governo por não ter defendido a manutenção de um texto mais rígido, como aprovado na Câmara.

O senhor ainda não quer divulgar seu parecer. Mas considera que o Fundo do DF, o Fundeb e os gastos com ciência e tecnologia podem voltar ao limite de gastos?

Por mim, bota tudo de volta. Isso tem impacto no resultado primário. Espero que os líderes não tenham posição política. Houve retirada dos gastos com ciências e tecnologia. Se fosse por mérito, eu também retiraria os fundos da Marinha e Aeronáutica, que fazem pesquisas.

Eu sou contra. Não sei se o colégio de líderes vai ou não ouvir essa questão política que o Senado ouviu. Vou ouvi-los e serei sensível aos argumentos deles.

Teve um peso político no Senado?

Nós produzimos um relatório tecnicamente, e o Senado, do ponto de vista político, fez alterações que não se sustentam, na minha opinião. Um relatório do Tesouro mostra que, com o meu substitutivo, o Fundo do DF ganha mais de R\$ 1 bilhão no ano que vem, sob a regra atual vai ganhar só R\$ 200 milhões.

Está errada a narrativa. Está errado o Fundeb dizer que vai perder, não vai perder nada. Criei o extrateto de 2% ao ano justamente para não comprimir as despesas do Fundeb (o crescimento do Fundeb de 2% a cada ano seria acrescentado na base, seria cumulativo).

Mas deputados e senadores argumentam que iria

comprimir outras despesas...

Eles não têm outro argumento a não ser dizer: "Ah, as despesas vão ficar mais comprimidas". O governo tem que estabelecer critérios nos gastos, tem que priorizar. Infelizmente, se o lençol é curto, tem que se estabelecer o que é mais importante. Se tirar esses gastos (do limite fiscal), você vai prejudicar entre R\$ 5 bilhões e R\$ 6 bilhões o crescimento das despesas. Ao tirar os fundos, você diminui a base.

Em vez de corrigir pela **inflação** um total de R\$ 2,2 trilhões, você corrige R\$ 2,1 trilhões. Ao reajustar em 2,5% o limite das despesas, você reajusta sobre quantia menor.

Os defensores dos fundos fora dos limites não estão compreendendo isso?

A narrativa está errada. O Senado, ao aceitar essas emendas, corrobora com essa narrativa equivocada. Daí, dizem: "Mas o governo mandou a proposta com Fundeb fora". Mandou porque não tinha feito a lição de casa corretamente.

O senhor acha que a Fazenda concordaria em colocar esses fundos de volta no limite?

Na minha opinião, o governo também tem culpa, deixou o barco correr. Só se importaram com a emenda que fez as despesas condicionadas em cima da diferença do cálculo do IPCA, do senador Randolfe (Rodrigues/AP). A ministra (do Planejamento, Simone Tebet) foi muito incisiva (em defender essa emenda, que evita corte de gastos).

Isso (o cálculo da **inflação**) dá para manter?

Vamos aguardar. Vou defender meu relatório. Se o colégio de líderes quiser deixar os fundos (fora do limite), não vou fazer cavalo de batalha.

O relatório do senhor está igual ao que estava antes?

Deixei o que melhorou a redação. A questão são os méritos. Não coloquei aquilo que vem de encontro com o que considero importante para o arcabouço.

A previsão anterior era que o governo teria de colocar cerca de R\$ 150 bilhões em caixa para zerar o déficit

no ano que vem. Isso se mantém?

Quando o governo começa a criar despesas, isenções, aumentar a tabela do Imposto de Renda, dá benefícios para setor automotivo, me preocupo. Se de um lado você faz um esforço e do outro você cria mais despesas, compromete o resultado final. O governo não está com gordura.

Acha que o presidente Arthur Lira (PP-AL) vai esperar a recomposição de ministérios?

Na Câmara, definimos arcabouço e **reforma tributária** como matérias de país. O arcabouço, para mim, está preservado de questões políticas. Mas, como Lula vai viajar, é possível que Lira tenha que encontrar espaço na agenda para conversar sobre isso.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/08/02/arcabouco-fiscal-senado-tomou-decisoes-politicas-e-nao-tecnicas-diz-cajado.ghtml>

Ao defender revolução de 64, Salles prega golpe hoje; veja como e por quê

Colunista do UOL

As cenas de estupidez, burrice e truculência explícitas a que se assistiu nesta terça na CPI do MST, que ouviu o general Gonçalves Dias, ex-chefe do Gabinete da Segurança Institucional, são evidências incontestáveis de que os inimigos da democracia e do Estado de direito continuam a ameaçar as instituições. Infelizmente, há certo viés de cobertura em parte da imprensa que dá piscadelas à delinquência sob o pretexto da pluralidade. Trata-se a pregação golpista como legítimo exercício de oposição.

A bufonaria foi meticulosamente preparada. Desde sempre - e afirmo isto aqui mais de uma vez -, sabia-se que a comissão para investigar a atuação dos sem-terra era só um palco para a baixa política. O movimento é usado como uma fantasmagoria para tentar, contra os fatos e as evidências, associar o governo Lula ao radicalismo e ao extremismo. Qual é, afinal, o fato determinado?

Não há, como se viu e como demonstrou Ricardo Salles (PL-SP), o relator. A linha de inquirição por ele adotada buscou caracterizar o depoente como um infiltrado comunista nas Forças Armadas. Dado que o deputado e seus pares sabiam de antemão a resposta que ouviriam - não havia como ser outra, vocês lerão -, armaram uma pantomima.

Enquanto Dias depunha, alguns parlamentares brandiam um pedaço de melancia. Éder Mauro (PL-PA), um dos maiores encenqueiros do grupo, e Messias Donato (Republicanos-ES) aparecem com uma fatia da fruta, filmada também à frente de Carol de Toni (PL-SC). Melancia? A metáfora é empregada para designar supostos militares que, intimamente, seriam comunistas, daí o verde por fora, mas vermelho por dentro. Tudo tinha sido combinado, claro!, com o caçador de comunistas...

NAUSEANTE

A atuação de Salles foi nauseante. Em tom persecutório -- chegou a chamar o interlocutor de traidor --, acusou-o de não ser um defensor da revolução de 64. Pior: a sequência de perguntas e a lógica adotada o tornam não só um apologista do golpe havido há 59 anos, mas um defensor ainda agora da virada de mesa.

Não faltam clowns à safra bolsonarista que chegou ao Congresso, especialmente à Câmara. Mas uma estupidez dessa magnitude não é corriqueira. De toda sorte, tem lá sua utilidade: demonstra a que se presta essa CPI e qual seu objetivo. Não havendo efetivamente o que investigar - e não há; aguardem para ver -, os bolsonaristas a utilizam como plataforma para manter vivos o discurso do ódio, a ladainha anticomunista e o agrotrogloditismo, que é distinto do agronegócio.

A convocação do ex-chefe do GSI já é uma aberração. Qual a justificativa? Como a Abin é subordinada ao órgão e como cabe à agência monitorar movimentos que possam ameaçar o Estado, Salles houve por bem constranger o homem que ficou apenas 19 dias no cargo, 12 dos quais tragado pelo ataque às respectivas sedes dos Três Poderes. Questiono se a agência tem mesmo de se infiltrar no MST. É óbvio que não. Mas indago: ainda que fizesse sentido acompanhar o movimento e ainda que o general dispusesse de alguma informação sigilosa, ele a passaria adiante ali? É uma sandice.

Ocorre que o falastrão reaçã não queria investigar nada. Seu objetivo era denunciar a suposta conspiração, de que os sem-terra fariam parte, o que tornaria o Brasil de 2023 - este em que Lula reserva, só para o agronegócio, R\$ 364,22 bilhões no âmbito do Plano Safra - semelhante àquele de 1964, quando, é bom notar, também não existia complô nenhum, embora houvesse organizações radicais de esquerda. Alguém viu os conspiradores comunistas resistindo nas ruas à quartelada?

Estava ali a cloaca da extrema-direita brasileira. Ela nada tinha a dizer sobre a PEC da Transição. Nada tinha a dizer sobre o arcabouço fiscal. Nada tinha a dizer sobre **reforma tributária**. Não tem projeto, não tem alternativas, não tem discurso. Então precisa investir no berreiro paranoico.

Mais: como Dias é um dos alvos preferenciais dos antediluvianos da CPMI do 8 de Janeiro - a outra comissão em que os pterodáctilos também dão rasantes -, o candidato a Joseph McCarthy estava prestando um serviço a seus colegas de extrema-direita, que não conseguem dar as cartas por lá. Na do MST, o passa-a-boiada e sua tropa promovem a

bagunça que lhes der na telha. Vamos ver.

O GOLPE DE 1964

O relator, então, deu início à Operação Caça-Melancia . Perguntou:

O senhor destacou aqui, entre outros aspectos, o fato de o senhor ter ingressado na academia em 1969 para iniciar sua carreira, apenas cinco anos depois do advento de 31 de março de 64. E, obviamente, o senhor ainda um estudante, né?, um cadete lá da Academia Militar. Sabemos todos -- alguns com uma opinião, outros, outra --, mas sabemos todos o que se passou naquela altura. Quer a sua opinião: o senhor entende que o episódio de 64, que certamente impulsionou a sua decisão [de se tornar militar] foi algo positivo ou negativo da história do Brasil?

E a turma do fundão lá, com a melancia na mão.

O leitor percebeu alguma relação de pertinência entre o objeto da CPI e a questão? Claro que não! O amostrado está se cacifando como um líder do extremismo num momento em que os reacionários andam por aí, perdidos.

O general respondeu:

Deputado Ricardo Salles, eu não parei para raciocinar em cima disso [ao optar pela carreira]. O que me impulsionou, na minha carreira, logicamente, foi a minha vocação de querer ser soldado. E foi uma necessidade da minha família. Entrar nesta situação, se foi bom ou se foi ruim o movimento de 64, é polêmico. Deputado, se o senhor me respeitar, pela minha história, eu não gostaria de entrar nessa seara, muito obrigado.

O cara não respeita ninguém. E seu serviço não estava completo. Em sua corrida para ser uma das principais referências dos extremistas, ele queria mais:

A pergunta tem pertinência, general, pelo fato de que o regime de 64, cuja corporação que o senhor integrou foi talvez a principal precursora ou motivadora daquele movimento, eu lhe pergunto se o senhor é daqueles que a classificam como revolução ou como golpe.

Ouvem-se protestos de parlamentares progressistas, sempre combatidos pelo Santo Inquisidor dos fascistoides com grosseria, especialmente quando oriundos de mulheres. Ele estava com sede de sangue e insistiu:

Vou simplificar a pergunta: o senhor entende que 64 foi algo positivo ou negativo para o Brasil dali por diante? A pergunta é simples .

Dias, mais uma vez, driblou a investida:

Eu gostaria de me ater ao requerimento da minha convocação. Obrigado, deputado!

O inalcçado pela decência cravou no militar a pecha de traidor:

O Exército Brasileiro sempre se orgulhou da importante medida de 31 de março de 64 porque, se não fosse o 31 de março de 64, chegaríamos mais rapidamente aonde alguns querem chegar nesse momento. Me soa estranho, para não dizer traição aos seus colegas de caserna, o senhor não dizer que 64 foi uma boa medida .

Querem mais um pouco?

A pergunta se justifica para que nós saibamos, se neste horizonte de tempo, de 31 de março de 64 até hoje, o senhor se situa ao lado daqueles que fizeram a revolução de 64 ou contra a revolução de 64. Porque essas ações que nós estamos vendo hoje do MST se aliam (sic) muito ao que se quis combater em 64. E os militares, seus colegas, até onde eu sei, unanimemente, é a primeira vez que um militar, sobretudo oficial-general de três estrelas, não defende a importante ação de 1964. Vou lhe perguntar novamente: o senhor é a favor ou contra a ação de 64

Pacientemente, o inquirido respondeu:

Deputado, isto não é objeto da investigação dessa comissão. A minha Força, o Exército Brasileiro, ele pauta a sua conduta em cima da hierarquia, em cima da disciplina e da cadeia de comando, amalgamada pelos valores éticos e morais, pensando num país maior e num país tenha equidade e espaço para todos. Obrigado, deputado!

QUAL O SENTIDO?

Dias Gomes nada tinha a dizer sobre as ocupações do MST. Foi chamado a depor para ser submetido ao esculacho de gente como esse Salles, aquele que, na reunião presidencial de 22 de abril de 2020, afirmou que o governo deveria aproveitar que a imprensa só dava atenção à Covid para ir passando a boiada -- confessou que era o que fazia no Meio Ambiente.

Em recente reunião do PL para debater o voto do partido no caso da **reforma tributária**, mais uma vez esse patriota se manifestou sobre o seu jeito de fazer política. Atacou o governador Tarcísio de Freitas por ter defendido a aprovação do texto nos seguintes termos:

É muito mais fácil, sem nenhum demérito ao trabalho que foi feito, fazer estrada, ponte, rodovia do que combater a esquerda. É nos ministérios ideológicos -- Meio Ambiente, Justiça, Educação, Cultura --, que a briga ideológica acontece. É ali que a gente põe em prática a roupa de ser de direita ou não .

Entenderam?

No Meio Ambiente, ele deixava passar a boiada porque, afinal, estava, assumidamente, praticando ideologia, não preservando florestas ou cuidando da economia sustentável.

Agora, ele é relator da CPI do MST. Como se viu nesta terça, não tem interesse em apurar coisa nenhuma nem está ali para isso. Até porque não há nada. Trata-se apenas de um palanque para que ele prove, afinal, como deve se comportar um direitista.

E ele provou. Defendeu o golpe de 1964 e disse enxergar, hoje, circunstâncias muito parecidas, em razão da atuação do MST, com aquelas que existiam há 59 anos e que serviram de pretexto para a quartelada. Logo, por lógica elementar, está pregando a necessidade de um outro em 2023.

O que os extremistas bolsonaristas pensam mesmo sobre arcabouço fiscal, **reforma tributária**, plano safra ou taxa de juros? Nada. Estão lá para nos salvar do comunismo, com fatias de melancia na mão.

São patéticos, grotescos, mas continuam perigosos e têm de ser combatidos. Porque, como se vê, são obviamente golpistas.

Site: <https://noticias.uol.com.br/colunas/reinaldo-azevedo/2023/08/02/ao-defender-revolucao-de-64-salles-prega-golpe-hoje-veja-como-e-por-que.htm>

4% do PIB em contrabando - PAINEL S.A.

PAINEL S.A.

O comércio ilegal de mercadorias causou perdas de R\$ 410 bilhões ao país no ano passado, número que cresceu 34% em relação a 2021 em boa parte devido à perda de poder aquisitivo do brasileiro. É o que mostra o levantamento do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade. Os dados indicam que os brasileiros movimentaram o equivalente a 4,1% do **PIB** em contrabandeados. É o dobro da média da América Latina.

No paralelo As perdas para o país somaram R\$ 280,8 bilhões da venda das mercadorias ilegais e R\$ 129,1 bilhões em **impostos** não arrecadados.

Ranking O ramo de vestuário foi o mais impactado (R\$ 84 bilhões). Na sequência, aparecem as bebidas alcoólicas (R\$ 72,2 bilhões) e os combustíveis (R\$ 29 bilhões). Foram prejudicados até defensivos agrícolas (R\$ 20,8 bilhões) e pacotes de TV (R\$ 12 bilhões).

Toma lá... O BNDES só aguarda que o Banco Central cancele a licença do banco do Sebrae para iniciar as operações de financiamento a empresas de pequeno porte por meio de um novo fundo garantidor, o FG Sebrae. De partida, será R\$ 1,3 bilhão para avais a empréstimos de até R\$ 10 bilhões.

...Dá cá O Sebrae desistiu de abrir seu banco e pediu o cancelamento da licença ao BC. Conta com isso para depositar os R\$ 650 milhões antes empenhados como capital junto ao BC para depositar esse dinheiro no fundo garantidor. A destinação já foi aprovada pelo conselho do Sebrae, onde o BNDES tem assento. O banco de fomento colocará outros R\$ 650 milhões.

Tiro "Com a Selic no patamar que está hoje seria impossível ter um banco para fomentar o pequeno negócio neste país", disse à coluna, Décio Lima, presidente do Sebrae.

Uma saída... Os serviços em torno do Airbnb giraram US\$ 5,2 bilhões na economia brasileira (R\$ 27,3 bilhões) no ano passado e a cidade de São Paulo liderou como polo de atração turística, com 11,3% de participação, o equivalente a US\$ 662 milhões (R\$ 3,1 bilhões). Os dados são da consultoria Oxford Economics. No cálculo, constam despesas com restaurantes, compras, entretenimento e transporte. Gastos com hospedagem não foram considerados.

... Para elas A pesquisa mostrou ainda que as

mulheres representaram mais da metade (53%) dos anfitriões em São Paulo. Na avaliação da diretora-geral do grupo para a América Latina, Fiamma Zarife, isso revela como a pandemia afetou a carreira profissional desse grupo, que viu no aplicativo uma alternativa.

Demorou Entrou em vigor a chamada "licença flex" para o comércio exterior concedidas pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic). Agora, as empresas só precisarão de um único documento para fazer múltiplas operações, tanto nas exportações quanto nas importações. É possível até obter uma licença de importação após o embarque dos produtos adquiridos no exterior.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50356&anchor=6481025&maxTouch=0&_ga=2.40722658.1360967601.1690944793-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=4a71998581f857e6c12b0e7b5b78c1a9

Importados de até US\$ 50 ficam 20,4% mais caros

Vinicius Barboza

As compras importadas de até US\$ 50 (R\$ 239) das empresas participantes do Remessa Conforme terão alta de 20,4% com a cobrança do ICMS, considerando frete e outros encargos inclusos no valor original do produto. Já as que tiverem valor acima de US\$ 50 poderão quase dobrar de valor dentro do programa, que começou a valer nesta terça-feira (1°).

Um vestido que custa R\$ 93,64 (com frete e encargos embutidos), por exemplo, está entre aqueles que terão isenção do Imposto de Importação. O preço final do produto, com o ICMS incidido por dentro, fica em R\$ 112,81 na nova regra do programa.

A mesma lógica se aplica em outro vestido que custa R\$ 215,95. Após a aplicação do ICMS, o valor sobe para R\$260,18. Para ambos os produtos, a alta foi de 20,4%.

Já nos casos de itens acima de US\$ 50, um smartphone com tela HD de 6,53 polegadas, câmeras traseira de 13 MP (megapixels) e frontal de 5 MP, que custa R\$ 9a,88 sem a tributação, subirá para R\$ 1.757,84.

Outro exemplo é um notebook apto para jogos e trabalho, com tela de 14 polegadas, memória RAM de 16 GB e SSD de 512 GB. Com frete e encargos, o produto custa R\$ 3.692,80. Após a tributação, sobe para R\$ 7.118,65. Ambas as mercadorias tiveram aumento de 92%.

O Remessa Conforme zera a alíquota de 60% do imposto federal de importação nas compras até US\$ 50 (R\$ 239). Porém, todas as vendas terão cobrança de 17% do ICMS.

Até então, as compras de até US\$ 50 entre pessoas jurídicas e físicas eram tributadas, mas havia isenção de **impostos** nas remessas de mesmo valor feitas entre pessoas físicas.

As chinesas Shein e AliExpress receberam positivamente a nova proposta e confirmaram que irão aderir ao novo programa. Amazon e Shopee preferiram não se manifestar.

Embora o programa tenha começado nesta terça,

haverá um tempo até a Receita aprovar os pedidos das empresas para entrarem no Remessa.

As compras importadas devem ficar mais caras, inclusive aquelas abaixo de US\$ 50, que terão isenção do imposto federal, segundo a especialista em varejo Ana Paula Tozzi, da AGR Consultores. Para ela, a tendência é que as vendas caiam devido ao aumento dos preços, gerado pela taxaçoão pelo ICMS.

"Na vida do consumidor, um preço médio maior terá um impacto no volume de compras. A Receita fala em 40 carretas por dia saindo de Guarulhos [com importações]. Esse número deve cair", disse.

A especialista em varejo afirmou que as companhias terão que se adequar ao novo sistema e que as entregas no Remessa devem ficar mais ágeis. "As companhias que não estiverem em conformidade cairão no canal vermelho. Nesse caso, sim, você terá um prazo médio maior. Logo, as plataformas do Remessa terão as entregas mais rápidas."

Podem aderir ao Remessa Conforme, de forma voluntária, empresas de comércio virtual que importam produtos, sejam elas brasileiras ou estrangeiras. As plataformas terão que cumprir regras previstas em portaria publicada na quarta-feira (26).

As plataformas precisarão ter contrato com os Correios ou empresas de entrega, manter política de admissão e de monitoramento dos vendedores cadastrados na empresa e se comprometer com a conformidade tributária e o combate ao contrabando. A certificação no programa durará três anos e precisará ser renovada após esse período.

Shein brasileira tem qualidade melhor, mas fica escondida no site

Quem quiser descobrir como ficou a primeira leva de roupas brasileiras produzidas pela varejista asiática Shein vai ter que procurar com atenção.

As peças femininas da coleção de transição primavera-verão 2023/2024, apresentadas na noite de segunda (31) em um evento em São Paulo, ainda não ganharam destaque na plataforma.

"Como somos um player global, não podemos

privilegiar um segmento específico, temos que valorizar todos ao mesmo tempo", disse à Folha Fabiana Magalhães, diretora de produto e produção local da Shein no país, enquanto mostrava à reportagem que é preciso digitar "Shein Brasil" no espaço de busca do site ou app para encontrar a coleção.

A seleção é composta por 800 peças produzidas por 110 confecções brasileiras, com tecidos nacionais e designers locais. No site, estão identificadas como "Shein Brasil; Envio Nacional". O tempo de envio gira em torno de duas semanas -metade do tempo médio para os itens importados.

A faixa de preço dos itens vai de R\$ 20 a R\$ 190. No geral, as peças apresentam uma qualidade superior à média dos produtos importados, que puderam ser conferidos desde o ano passado em quatro lojas temporárias (pop-up) abertas pela empresa no país (no Rio, em São Paulo, Salvador e Belo Horizonte).

"Sabemos que a indústria nacional tem coisas muito boas, de muita qualidade. A Shein não veio para o Brasil à toa", disse Fabiana.

Na coleção, estão tops de R\$ 19 a R\$ 29, calças jeans de R\$ 119, vestidos de R\$ 49 a R\$ 129, e conjuntos de R\$ 185. Para além do jeans, algodão e poliéster, estão tecidos como linho, laise e paetê.

" Fizemos uma boa seleção, não são peças só para a consumidora que vai para a balada. Atendem também a mulher mais madura, na faixa dos 40 anos", disse Fabiana. Mas o preço da peça nacional continua competitivo, porque a empresa não tem o custo do frete da Ásia, afirma.

Para a modelagem, a Shein fez um mix entre as medidas chinesas (dos produtos importados mais vendidos no país) e brasileiras. "Com isso, chegamos a uma tabela de medidas Shein Brasil", afirmou.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50356&anchor=6481025&maxTouch=0&_ga=2.40722658.1360967601.1690944793-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=4a71998581f857e6c12b0e7b5b78c1a9

Especialistas veem desafios no Congresso e receitas extras superestimadas

**BIANCA LIMA BRASÍLIA LUIZ GUILHERME GERBELLI
SÃO PAULO**

Ao avaliar os obstáculos para alcançar um déficit zero nas contas públicas já em 2024, especialistas afirmam que o governo até apresentou um cardápio amplo de medidas na tentativa de turbinar os cofres da União.

Mas ponderam que, além das incertezas legislativas, o plano da equipe econômica pode ser frustrado por um valor superestimado de arrecadação com as medidas já anunciadas.

De início, já há uma desconfiança em relação à expectativa de crescimento do **PIB** de 2024 que consta na proposta de Orçamento.

A previsão é de uma alta de 2,3% para o ano que vem, bem acima da projeção do relatório Focus, de 1,3%. "Esse um ponto a menos (de **PIB**) já pode tirar R\$ 25 bilhões da receita recorrente do governo", diz o economista Gabriel Leal de Barros, que é sócio da Ryo Asset e que foi diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão atrelado ao Senado.

Em 2023, a expectativa dos economistas é de que o País tenha um déficit de cerca de 1% do **PIB** - se confirmado, será um resultado pior do que a meta prevista, de rombo de 0,5%.

"Os valores que o governo tem de encontrar de aumento de arrecadação para zerar o déficit em 2024 são bastante significativos", afirma Manoel Pires, coordenador do Observatório de Política Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/ FGV). "É um aumento de arrecadação de 1% do **PIB** (para zerar o déficit). É muita coisa." **MEDIDAS.** Entre as medidas já implementadas pelo governo, estão a reoneração dos combustíveis; a mudança nos chamados "preços de transferência", que eliminou brechas utilizadas por grandes empresas para recolher menos **tributos** nas operações de exportação; e duas alterações na **legislação tributária**.

Uma foi uma vitória do governo no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que decidiu que benefícios estaduais não podem ser abatidos de **tributos** federais. Logo, as empresas terão de pagar mais **impostos**. E a outra foi uma regulamentação feita na esteira de um julgamento

do Supremo Tribunal Federal (STF). A lei determinou que o ICMS, de competência dos Estados, não pode ser usado para engordar os créditos das companhias referentes a **tributos** federais - reduzindo, portanto, as possibilidades de creditamento e elevando a expectativa de receita.

"Existe uma dúvida sobre qual é o real potencial dessas medidas arrecadatórias, das quais o governo está conseguindo sair vitorioso", afirma Pires.

Cientes do desafio bilionário para fechar as contas, técnicos dos ministérios da Fazenda e do Planejamento estão debruçados sobre uma série de novos projetos arrecadatórios que serão enviados ao Congresso juntamente com o Orçamento do próximo ano - que precisa ser encaminhado até 31 de agosto.

Nessa lista, ainda em estudos, estão a mudança na taxa dos fundos exclusivos, chamados de fundos dos "super-ricos"; e dos Juros sobre Capital Próprio, um instrumento que permite às empresas remunerarem seus investidores como despesa e, assim, abater do IR.

O governo espera arrecadar R\$ 10 bilhões com cada medida no ano que vem.

Na conta da equipe econômica também estão projetos que já estão no Congresso. Para compensar o aumento da isenção do IR para a faixa de dois salários mínimos, o governo editou medida provisória para taxar os fundos offshores. Hoje, esses investimentos costumam ser feitos em paraísos fiscais, onde estão livres de **impostos**. A MP, porém, perde validade em 27 de agosto, e a Fazenda - que espera arrecadar R\$ 4 bilhões no ano que vem com a ação - avalia enviar um novo texto para garantir esses recursos.

DESPESAS. Não é à toa que a necessidade de arrecadação do governo é, hoje, bilionária. A União vem contratando diversas despesas desde a transição - e agora tenta encontrar maneiras de compensá-las. "O governo "religou" uma série de regras que puxam as despesas federais para cima de forma automática, até mesmo de maneira mais rápida do que o limite superior de crescimento estabelecido pelo novo arcabouço fiscal", afirma Jeferson Bittencourt, economista da Asa Investments e ex-secretário do Tesouro Nacional.

Ele calcula, por exemplo, uma despesa extra de R\$ 80,7 bilhões nos gastos previdenciários e assistenciais em 2024. Isso se deve, principalmente, à nova política de correção do salário mínimo, mas também ao impacto da **inflação** e ao crescimento vegetativo do número de beneficiários da Previdência.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Agência Fitch decide rebaixar a classificação de crédito dos EUA

A agência de risco Fitch rebaixou ontem a classificação de crédito do governo dos Estados Unidos, citando o aumento da dívida federal, estadual e dos municípios e uma "deterioração constante nos padrões de governança" nas últimas duas décadas. A classificação foi reduzida em um nível, de AAA (a mais alta possível) para AA+. A nova classificação ainda está em grau de investimento.

Conforme especialistas, a decisão mostra como a crescente polarização política e os repetidos impasses de Washington sobre gastos e **impostos** podem acabar custando caro aos contribuintes americanos. A classificação de crédito do governo havia sido rebaixada pela última vez, pela agência Standard Poor's, em 2011, após impasse sobre o teto da dívida semelhante ao que ocorreu neste ano.

As classificações de crédito reduzidas ao longo do tempo podem aumentar os custos de empréstimos para o governo dos EUA. O Government Accountability Office, em um relatório de 2012, estimou que o impasse orçamentário de 2011 elevou os custos de empréstimos do Tesouro em US\$ 1,3 bilhão (por volta de R\$ 6,3 bilhões) naquele ano.

Na ocasião, porém, o tamanho da economia dos EUA e a estabilidade histórica do governo americano mantiveram seus custos de empréstimos baixos, mesmo após o rebaixamento da Standard Poor's.

A Fitch citou o agravamento das divisões políticas em torno dos gastos e da política tributária como um dos principais motivos de sua decisão. A agência disse que a governança dos EUA diminuiu em relação a de outros países que também têm classificação alta, e observou "impasses repetidos de limite de dívida e resoluções de última hora".

"Na visão da Fitch, houve uma deterioração constante nos padrões de governança nos últimos 20 anos, inclusive em questões fiscais e de dívida", disse o **comunicado** da agência de crédito. "Os repetidos impasses políticos sobre o limite da dívida e as resoluções de última hora corroeram a confiança na gestão fiscal."

RECESSÃO. Outro fator que pesou na decisão da Fitch foi a projeção de que a economia dos EUA entre em uma "recessão leve" nos últimos três meses deste

ano e no início de 2024. Economistas do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) fizeram uma previsão semelhante em junho, mas a reverteram no mês passado e passaram a dizer que o crescimento diminuiria, mas uma recessão provavelmente seria evitada.

"Discordo veementemente da decisão da Fitch Ratings", disse a secretária do Tesouro, Janet Yellen. "A mudança anunciada hoje (ontem) é arbitrária e baseada em dados desatualizados." Janet observou que a economia dos EUA se recuperou rapidamente da recessão causada pela pandemia, com a taxa de desemprego perto de uma baixa de meio século e a economia se expandindo a uma taxa anual de 2,4% no trimestre de abril a junho. Um acordo para resolver um impasse sobre o limite de endividamento do governo em junho incluiu "mais de US\$ 1 trilhão em redução do déficit e melhorou nossa trajetória fiscal", disse a secretária do Tesouro.

"A decisão da Fitch não muda o que os americanos, investidores e pessoas de todo o mundo já sabem: que os títulos do Tesouro continuam sendo o ativo líquido e seguro mais proeminente do mundo, e que a economia americana é fundamentalmente forte", disse Janet.

ALERTA. Marc Goldwein, vice-presidente sênior do Comitê Apartidário para um Orçamento Federal Responsável, disse que é improvável que o rebaixamento leve a um aumento acentuado nos custos dos empréstimos.

No entanto, se houver mais rebaixamentos, disse ele, isso poderá comprometer a saúde fiscal do governo federal.

"O rebaixamento de hoje (ontem) deve ser um grande sinal de alerta para os EUA", disse.

"Somos uma economia forte e um bom lugar para investir, mas isso pode não ser mais o caso se continuarmos no caminho atual."

"O rebaixamento deve ser um grande sinal de alerta" Marc Goldwein Comitê para um Orçamento Federal Responsável

"A mudança é baseada em dados desatualizados"

Janet Yellen Secretária do Tesouro

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Intensidade do primeiro corte de juros deve dividir Copom em estreia de indicados por Lula

Nathalia Garcia

Brasília O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central deve dar início nesta quarta (2) ao ciclo de cortes de juros após ter mantido durante um ano a taxa básica (Selic) inalterada no patamar de 13,75%. A intensidade do primeiro movimento -redução de 0,25 ou de 0,5 ponto percentual- tende a ser motivo de divergência entre os membros do colegiado.

A divisão do grupo, que já havia sido esboçada na ata da reunião de junho, deve ganhar novo impulso com a chegada dos primeiros diretores indicados pelo governo Lula (PT) -Gabriel Galípolo (Política Monetária) e Ailton Aquino (Fiscalização).

Enquanto a gestão petista pressiona por uma queda mais acentuada dos juros, em meio ao avanço da pauta econômica no Congresso e à melhora da nota de crédito do Brasil pela FitCh, o Copom vinha até então defendendo "parcimônia" e "cautela" na condução da política monetária.

Alberto Ramos, diretor de pesquisa macroeconômica do Goldman Sachs para América Latina, diz que provavelmente haverá uma "decisão dividida", mas que o BC tende a começar o ciclo de afrouxamento monetário com um corte de 0,25 ponto percentual, levando a Selic a 13,5% ao ano.

O economista projeta que, se o Copom optar de fato por esse movimento mais suave, deixará aberta a possibilidade de acelerar o ritmo de cortes. No entanto, caso a queda inicial seja de 0,50 ponto percentual, o comitê poderá sinalizar a manutenção dessa mesma magnitude no próximo encontro, em setembro.

"O que se quer é não queimar alargada, porque isso pode ter depois consequências para a frente", diz.

"Se o primeiro passo for sólido, ele [BC] poderá eventualmente ir mais longe no processo de distensão monetária."

Além da sinalização dada pelo Copom no encontro mais recente, ele considera que os dados ainda

justificam alguma cautela e vê riscos inflacionários à frente.

Ramos ressalta que as expectativas de **inflação** para 2025 e 2026 estacionaram em 3,5% -acima do centro da meta de 3%- depois de uma melhora impulsionada pela definição do CMN (Conselho Monetário Nacional) pela manutenção do objetivo de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, no modelo de alvo contínuo.

Para o economista, isso pode refletir uma visão do mercado de que o governo está inclinado a ser mais tolerante a uma **inflação** mais elevada e um entendimento de que as mudanças na composição do Copom possam torná-lo mais permissivo.

De junho para cá, segundo o boletim Focus, a projeção para o IPCA deste ano foi revisada de 5,12% para 4,84%. Para o ano que vem, a expectativa caiu de 4% para 3,89%. Para 2025, a estimativa baixou para 3,5%, ante 3,8%.

Ramos também cita potencial impacto do El Niño (fenômeno de aquecimento das águas do Pacífico), a defasagem dos preços de combustíveis em relação aos valores internacionais e a **inflação** de serviços pressionada e a atividade econômica resiliente, além de uma "certa deterioração" da política fiscal.

O corte de 0,25 ponto também é a aposta do Itaú Unibanco, mesmo que a curva de juros do mercado financeiro já contemple a possibilidade de um movimento mais intenso.

A economista Julia Gottlieb argumenta que a dinâmica de núcleos -que medem o comportamento dos preços desconsiderando ou reduzindo o peso de fatores temporários sobre os índices- e expectativas de **inflação** ainda estão acima da meta. Diz também que a atividade econômica e o mercado de trabalho continuam resilientes e aquecidos.

"Pode ter alguma divergência [entre os membros do Copom] , mas o ponto principal é olhar o que a conjuntura econômica prescreve em termos de política monetária", afirma.

Estudo do banco obtido pela Folha, assinado por Gottlieb e Julia Passabom, mostra que ciclos anteriores que começaram com cautela foram bem-sucedidos em levar a **inflação** para perto da meta, possibilitando um equilíbrio final de juros mais baixos por mais tempo.

No trabalho, o Itaú analisou cinco episódios de cortes de juros. Em duas ocasiões (2005 e 2016), o BC iniciou o afrouxamento monetário com corte de 0,25 ponto percentual e uma vez (2009) em ritmo mais intenso, de íponto. Nos anos de 2011 e 2019, o ciclo teve início com cortes de 0,50 ponto.

"Esse [corte] de ritmo mais intenso foi em um contexto de crise global, de 2008, houve uma redução coordenada de juros globais porque teve uma contração muito forte da atividade econômica em todo o mundo. Então, o início dele não é 100% comparável porque foi uma situação atípica, o mundo estava em crise", pondera. "A comparação é menos justa."

De acordo com o relatório, cortes de juros mais agressivos já na largada podem levar a uma eventual depreciação cambial "O real tende a se desvalorizar após o primeiro corte de juros do Copom. Um início de corte mais cauteloso pode atenuar esse efeito", afirma o texto.

Outro potencial reflexo seria uma eventual piora nas expectativas dos agentes do mercado financeiro -o que poderia até interromper o processo de desinflação em curso.

Diferentemente de reuniões anteriores, desta vez não há unanimidade no mercado.

Rafaela Vitória, economista-chefe do banco Inter, argumenta que o BC já esperou tempo demais para começar a cortar os juros e chega a este momento com espaço suficiente para ser mais agressivo no primeiro movimento. Ela cita a desaceleração do crédito e arrefecimento da **inflação** corrente e de núcleos.

Ela não descarta que a autoridade monetária opte por ser mais conservadora, caso queira ser mais "literal" na tentativa de trazer as expectativas do mercado em direção às metas de **inflação** e busque colocar freio nas projeções à frente.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50356&anchor=6481025&maxTouch=0&_ga=2.40722658.1360967601.1690944793-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=4a71998581f857e6c12b0e7b5b78c1a9

O que é ortodoxia em economia? - BERNARDO GUIMARÃES

BERNARDO GUIMARÃES

A indicação de Mareio Pochmann para a presidência do IBGE causou polêmica e criou debates. Um deles/oi sobre heterodoxia e ortodoxia na pesquisa em economia.

Há muita confusão nesse debate -o que não surpreende, dado que os termos ortodoxos e heterodoxos têm conotações bem diferentes do que de fato significam na academia.

Pesquisa acadêmica, em qualquer área, se faz em grupo. Um trabalho isolado não tem significado. É o conjunto de artigos que constrói o conhecimento científico.

Nesse conjunto, há trabalhos com resultados distintos, levando a conclusões que apoiam políticas econômicas diferentes.

Para o grande público, deve parecer que a divisão entre ortodoxos e heterodoxos se dá pelo lado de cada um nesses debates. Por exemplo, os ortodoxos defenderiam o livre-comércio e cortes de gastos do governo, enquanto os heterodoxos sustentariam posições opostas.

Isso não é verdade. De forma alguma.

Eu, por exemplo, tenho um artigo sobre efeitos negativos do comércio internacional em países que exportam produtos primários, e outro que mostra um canal positivo de aumentos de gastos do governo sobre o **PIB** e a economia.

Ainda assim, na academia, sou 100% ortodoxo. Sem qualquer dúvida.

Não é verdade que ortodoxos e heterodoxos são acadêmicos com posições diferentes nesses debates. A verdade é que há um grupo, os tais ortodoxos, debatendo entre si, e outro grupo (ou outros grupos), os heterodoxos, em discussões paralelas. São dois mundos que mal se conversam.

Também não é verdade que ortodoxos falam sobre temas antigos enquanto heterodoxos estão antenados na realidade de hoje. Pesquisas sobre gênero, raça, distribuição de renda e meio ambiente, por exemplo,

têm recebido grande atenção dos pesquisadores chamados ortodoxos.

Em um resumo de um parágrafo, em algum momento, um grupo de pesquisadores considera que artigos com certos métodos ou hipóteses não são suficientemente bons para serem publicados; outro grupo discorda e continua empregando aqueles métodos e hipóteses. Surgem então conferências e periódicos para esse grupo. Eis o nascimento de grupo heterodoxo.

Com o tempo, o abismo só cresce.

Quem está certo e quem está errado? Não há como ter certezas. Não há uma divindade entregando gabaritos.

Mas sabemos que são ortodoxos quase todos os professores dos departamentos de economia de quase todas as universidades estrangeiras de que o leitor da Folha já ouviu falar (MIT, Harvard, Chicago, Yale, Stanford, Oxford, London School of Economics...).

Sabemos também que, todo ano, alunos de todo o Brasil que querem fazer mestra do em economia prestam um único exame. Os primeiros colocados podem escolher estudarem qualquer escola. Naturalmente, dentre esses, há gente com os mais variados interesses de pesquisa e inclinações políticas. Mas quase todos escolhem departamentos chamados ortodoxos. Tem sido assim há pelo menos 25 anos.

Quem quer dialogar com a comunidade científica precisa escrever na língua que todo o mundo entende. Um artigo sobre taxaço de grandes fortunas na Colômbia vai trazer lições importantes para o Brasil, a Turquia e a Tailândia. Por isso, praticamente todos os trabalhos relevantes do grupo ortodoxo são escritos em inglês. Pesquisa científica se faz em grupo, e há gente desse grupo no mundo todo.

No imaginário popular, ortodoxo brasileiro sempre teve cara de bandido. No dicionário, ortodoxo é quem segue estritamente as normas estabelecidas. É um péssimo termo para designar um grande e diverso grupo de pesquisadores.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=>

**50356&anchor=6481025&maxTouch=0&_ga=2.40722658.
1360967601.1690944793-
1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd
=4a71998581f857e6c12b0e7b5b78c1a9**

"Nunca vimos um heterodoxo no comando do BC"

JENNE ANDRADE E-INVESTIDOR

ENTREVISTA: Tony Volpon, Economista, chefiou a diretoria de Assuntos Internacionais do BC; também tem passagem por instituições como Nomura e UBS

Ex-diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Tony Volpon acredita que um corte de 0,5 ponto porcentual da Selic seria o melhor resultado para a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC que termina hoje. Segundo ele, isso poderia ser anunciado sem risco de a economia "sofrer consequência negativa".

"Acredito que deveria ser de 0,50 ponto porcentual em função dos dados positivos na economia brasileira e também dos bons indicadores de inflação no Estados Unidos", disse ele, ao E-Investidor.

Volpon afirmou ainda que a atual reunião será importante para entender a visão de Gabriel Galípolo, que deixou a secretaria executiva do Ministério da Fazenda para ser diretor de Política Monetária do BC.

Visto como "heterodoxo", mais favorável a aumento de gastos, o economista está cotado para assumir a presidência do BC no lugar de Roberto Campos Neto, cujo mandato acaba no fim de 2024. "Nunca vimos os heterodoxos tomando conta do BC, não sabemos muito bem quais vão ser os seus comportamentos", afirmou Volpon. "Não é uma preocupação, mas uma racional incerteza sobre se essa mudança de regime vai gerar também uma mudança substancial no manejo da política monetária." O que está em jogo na reunião do Copom?

Sabemos que há uma ala mais conservadora para advogar um corte com mais "parcimônia", de 0,25 ponto porcentual.

Só que nessa reunião teremos dois novos membros na diretoria (Gabriel Galípolo e Ailton Aquino), que provavelmente vão argumentar em defesa de um corte de 0,50 ponto. No final, o fiel da balança será o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Ele sempre fala que o voto dele é apenas "1 em 9", mas é uma função tradicional do presidente tentar formar consenso nas reuniões do Copom. E ele normalmente carrega vários votos das diretorias mais técnicas.

Qual deveria ser a magnitude do corte?

Acredito que deveria ser 0,50 ponto porcentual em função dos dados positivos na economia brasileira e também dos bons indicadores de inflação no Estados Unidos. O Federal Reserve (Fed, banco central americano), por exemplo, indicou na semana passada que essa elevação de julho pode ter sido a última na taxa de juros americana. O Fed mais ameno abre portas para o BC fazer um corte de 0,50 ponto sem sofrer nenhuma possível consequência negativa, como um impacto ruim na moeda.

E qual será a Selic no fim desse novo ciclo de baixa?

Se não houver um choque externo ou doméstico, provavelmente haverá espaço para a taxa de juros ficar abaixo da neutra, em 7% ou 6% no final do ciclo. Isto porque a economia brasileira, hoje, é quase "dual".

Temos um setor externo de commodities que está bombando e uma balança comercial atingindo novos recordes.

Isso está tendo um impacto muito positivo sobre as contas externas e levando a uma tendência de valorização do câmbio.

Do outro lado, temos uma economia industrial de serviços "patinando" em função da alta de juros, já que ainda estamos com uma política monetária bastante restritiva. E também tem a queda do impulso do crédito - desde o evento Americanas, o crédito não colapsou, mas não tem sido algo muito robusto em termos de impulsionar a demanda.

Essa perspectiva é diferente do consenso do Focus, de mais de 8%. Por quê?

É preciso entender qual é a taxa neutra (que não estimula nem desestimula a economia) e se ficaremos acima ou potencialmente abaixo dela. O Banco Central, recentemente, tem argumentado que a taxa real neutra está ao redor de 4,5%.

Depois, temos de adicionar o que seria a inflação média do período. Quando se faz esse tipo de raciocínio, você coloca o valor da meta de inflação. Então, seria 4,5% (taxa de juro neutra) mais 3% (meta

de **inflação**), ou seja, 7,5% (Selic final). Só que eu acho que, com a vinda do Galípolo e sua provável ascendência à presidência do BC no final do ano que vem, o mercado vai colocar um certo prêmio nessa expectativa da taxa de **inflação** de longo prazo, exatamente porque ele vem de uma escola mais heterodoxa.

E nunca vimos alguém de uma escola heterodoxa ser presidente do Banco Central. Por isso, o mercado vai seguir a ideia de que Galípolo deve aceitar trabalhar com a **inflação** na banda superior da meta. Essa é a minha explicação do porquê as expectativas de longo prazo no Boletim Focus estão estacionadas em 3,5%, mesmo com a meta em 3%. Então, 4,5% (juro neutro) mais 3,5% (banda superior da **inflação**) e mais algum prêmio resulta em uma Selic de 8% a 9%.

O mercado tem razão em se preocupar com Galípolo eventualmente no comando do BC?

Nunca vimos os heterodoxos tomando conta do BC, não sabemos muito bem quais vão ser os seus comportamentos.

Não é uma preocupação, mas uma racional incerteza sobre se essa mudança de regime vai gerar também uma mudança substancial no manejo da política monetária. Essa reunião do Copom vai fazer parte do nosso aprendizado sobre Galípolo.

Veremos na reunião o que ele vai advogar, começaremos a ter noção do raciocínio dele: que ele vai defender um corte de 0,50 ponto, ninguém tem dúvida. O importante é como ele vai explicar essa decisão.

Vale lembrar que Galípolo virá com outras pessoas também.

Outros diretores serão nomeados até a ascensão dele à presidência, provavelmente alinhados com o pensamento dele. Teremos uma mudança de regime no BC, vai sair um "montão" de ortodoxos e vai entrar um "montão" de heterodoxos.

Tendo em vista esse contexto, qual sua perspectiva para a Bolsa?

No Brasil, é muito difícil para a Bolsa concorrer com juros reais muito grandes, que também danificam as finanças das empresas. Então, a queda de juros tem efeito muito positivo.

Se eu estiver certo, e a gente rumar para juros de 6% ou 7%, isso vai ajudar o financiamento das empresas, melhorar os resultados, aumentar o lucro e retirar essa concorrência ferrenha com a renda fixa. Meu cenário é

de que a alta da Bolsa deva continuar ao longo desse período de queda da Selic, assim como a alta do real e a consequente queda do dólar. Primeiro, porque o ciclo de alta de juros dos Estados Unidos está se encerrando. Segundo, porque nessa perspectiva a nossa Bolsa deve atrair capital estrangeiro.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Europa cresce 0,3% no segundo semestre após estagnação

A economia da Europa cresceu modestamente após meses de estagnação. Os 20 países que usam o euro tiveram um crescimento de 0,3% no período de abril a junho, em comparação com os primeiros três meses do ano, informou a agência de estatísticas da União Europeia (UE), a Eurostat, na segunda-feira.

Segundo especialistas, as altas taxas de juros destinadas a combater a **inflação** têm cobrado o preço dos consumidores, pois tornam mais caro para as famílias e empresas tomar empréstimos, investir e gastar.

De acordo com a Eurostat, a zona do euro teve crescimento zero no primeiro trimestre e um ligeiro declínio no quarto trimestre do ano passado. O crescimento de 3,3% da Irlanda, o maior da zona do euro, também distorceu o quadro geral, disseram especialistas.

Os números do **PIB** irlandês sofrem grandes oscilações em razão das grandes multinacionais que possuem suas sedes lá, incluindo gigantes da tecnologia como Meta, Google e Apple.

Sem a Irlanda, o crescimento da zona do euro teria sido de apenas 0,1%, disse Franziska Palmas, economista sênior da Capital Economics para a Europa.

"O número geral foi impulsionado por algumas idiosincrasias de alguns países e mascara um momento que provavelmente está muito mais próximo da estagnação", disse Marc de Muizon, analista europeu sênior do Deutsche Bank Research.

A maior economia da Europa, a Alemanha, teve uma leve reação no segundo trimestre, registrando crescimento zero após dois trimestres consecutivos de queda na produção. No caso alemão, os altos custos de energia ligados à guerra da Rússia na Ucrânia têm atrapalhado um melhor desempenho da economia.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Indústria tem avanço tímido no 2º tri, mas ano é de estagnação

Apesar da ligeira alta em junho e da aceleração do crescimento no segundo trimestre, a sensação dos economistas é de uma indústria brasileira "andando de lado" nos seis primeiros meses do ano. Esse desempenho deve se repetir ao longo da segunda metade de 2023, a despeito do esperado início de corte nos juros e à exceção de uma indústria extrativa muito forte.

A produção industrial no Brasil cresceu 0,1% em junho, ante maio, quando subiu 0,3%. O resultado ficou um pouco acima da mediana do Valor Data, que apontava estabilidade.

Em relação a junho de 2022, a produção industrial subiu 0,3%. Em 12 meses, avançou 0,1%.

No segundo trimestre do ano, a indústria cresceu 0,4%, na comparação com o período de janeiro a março, em que ficou estagnada.

No primeiro semestre de 2023, porém, acumula queda de 0,3%. A produção ainda está 1,4% abaixo do patamar pré-pandemia e 18% aquém do pico de maio de 2011.

Menos da metade dos produtos industriais cresceu em junho. O índice de difusão despencou para 34,3%, de 79% em maio. Existe "um grau de preocupação importante" e o dado de junho "acende sinal de alerta", segundo André Macedo, analista do IBGE para a Pesquisa Industrial Mensal (PIM).

Somente uma das quatro grandes categorias e 7 dos 25 ramos pesquisados mostraram crescimento em junho na base mensal.

Entre as categorias, a produção de bens semi e não duráveis subiu 0,9%, mas houve quedas em bens de capital (-1,2%), duráveis (-4,6%) e intermediários (-0,3%).

Analisando a reversão em bens de capital, que tinham subido 4,1% em maio, junto à queda de 0,2% em insumos da construção, os economistas do PicPay apontam que as perspectivas para os investimentos no **PIB** pioraram. "A categoria despencou 4,8% no trimestre passado e não mostra sinais de recuperação", diz a XP em relatório.

Para os bens duráveis, Macedo comenta que o ano vem se caracterizando pelos estoques acima do padrão. Assim, o recente programa do governo federal para estimular a compra de carros novos, por exemplo, pode ter favorecido a "queima de estoques" de veículos, diz, sem surtir efeito significativo na produção das montadoras. A produção de veículos na PIM recuou 4% em junho, ante maio.

Entre os grupos de atividades, a maior influência positiva veio da indústria extrativa, que avançou 2,9% em junho. "São cinco taxas positivas em seis meses, influenciado por avanço na extração de petróleo e minérios de ferro", diz Macedo, observando que a extrativa está 7% acima do pré-covid.

Em contrapartida, destaca, a indústria da transformação caiu 0,2% em junho, terceiro recuo seguido.

Os dados indicam que a extrativa cresceu 2,7% no segundo trimestre, ante o primeiro, mas a transformação ficou estável, diz Daniel Xavier, gerente do departamento econômico do ABC Brasil.

"Tem uma heterogeneidade grande na indústria", diz Marina Garrido, economista do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre).

Contribuíram ainda para o resultado de junho, avançando ante maio, confecção de artigos do vestuário e acessórios (4,9%), de produtos de borracha e material plástico (1,2%) e de produtos de metal (1,2%). Fatores sazonais, como trocas de coleção e vetores internacionais, no entanto, explicam os números, nota Matheus Pizzani, economista da CM Capital.

Das atividades em queda em junho, os destaques negativos foram, além de veículos, coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-3,6%) e máquinas e equipamentos (-4,5%). "Essa parte mais cíclica da economia foi negativa", afirma Garrido.

Enquanto a indústria extrativa é favorecida pelas commodities, a transformação reflete mais as condições financeiras restritivas, observa Xavier. Isso não quer dizer que, quando o Banco Central começar a cortar os juros, os efeitos sobre o setor serão sentidos rapidamente.

"A defasagem para a atividade é próxima de dois trimestres, então, é de se esperar algum impulso positivo mais para o início do ano que vem", diz Xavier.

Indicadores iniciais "dão um cheiro" de que não houve, por ora, mudança de tendências na indústria no segundo semestre, observa Garrido. A Terra vê queda preliminar de 0,2% em julho, ante junho, o Bank of America (BofA), de 0,5%, e a MCM Consultores, de 1,1%.

"Tem uma heterogeneidade grande na indústria"
Marina Garrido

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187620?page=16§ion=1>